

Editorial	02
Seminário sobre o tombamento da Casa das Minas	
<i>Sergio Ferretti</i>	02
Parecer do membro do Conselho Consultivo do IPHAN, Luiz Phelipe Andrès sobre o processo número 1464-T-00 de Tombamento da Casa das Minas	04
Prêmio Nêgo Chico e o Concurso de Folclore no 10º Congresso Brasileiro de Folclore	
<i>Roza Santos</i>	08
Reportagem-viagem ao Divino Espírito Santo dos Açores	
<i>Carlos de Lima</i>	14
Trabalhos sobre Religião e Cultura Popular	17
Notícias	18
Perfil Popular - Dona Enedina	
<i>Mundicarmo Ferretti</i>	20

COMISSÃO MARANHENSE DE FOLCLORE - CMF

DIRETORIA

Presidente: Sérgio Figueiredo Ferretti
Vice-presidente: Carlos Orlando de Lima
Secretária: Izaurina Maria de Azevedo Nunes
Tesoureira: Maria Michol Pinho de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL:

Sérgio Figueiredo Ferretti
 Izaurina Maria de Azevedo Nunes
 Maria Michol Pinho de Carvalho
 Mundicarmo Maria Rocha Ferretti
 Carlos Orlando de Lima
 Zelinda de Castro de Lima
 Roza Santos

EDIÇÃO: Izaurina Maria de Azevedo Nunes

VERSÃO PARA A INTERNET: Iranilton Araújo Avelar

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://cmfolclore.vila.bol.com.br>
E-MAIL: folcma@com.br

CORRESPONDÊNCIA

CENTRO DE CULTURA POPULAR DOMINGOS VIEIRA FILHO
 Rua do Giz (28 de Julho), 205/221 – Praia Grande CEP 65.075-680 – São Luís – Maranhão
 Fone: : (098) 231-1557 • 231 9361

As opiniões publicadas em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não comprometendo a CMF.

Editorial

Chegamos ao final do ano de 2002, que foi de muito trabalho. Mas que, pelos **resultados positivos** alcançados, nos leva a concluir que valeram a pena o esforço e a luta.

Nessa caminhada de desafios e conquistas, a **Comissão Maranhense de Folclore** contou com a participação efetiva da maioria de seus membros e com o apoio de diversos parceiros, destacando-se as **Comissões Nacional e Estaduais de Folclore** (particularmente na promoção do 10º Congresso Brasileiro de Folclore) e a **Fundação Cultural do Maranhão/Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho** nesse importante evento e numa programação de atividades desenvolvidas de forma conjunta durante todo o ano.

Agradecemos a colaboração de todos aqueles que se envolveram no desenrolar das nossas ações, as quais visaram contribuir para o processo de preservação e dinamização da rica cultura popular maranhense. E, nessa dinâmica temos igualmente a ressaltar a participação dos produtores/grupos e manifestações presentes nesse universo cultural.

Neste número 24, o **Boletim** traz uma abordagem sobre um significativo fato, que é o tombamento, a nível federal, da **Casa das Minas**, o terreiro de tambor de mina mais antigo de São Luís. Com sua organização matriarcal, chefiada por vodunsis, desde 1840, representa um foco de resistência da cultura negra, herdada dos escravos africanos procedentes do Daomé, atual República do Benim. Ao ser tombada, essa centenária Casa de Culto tem reconhecido oficialmente o seu patrimônio musical, coreográfico, histórico, etnolinguístico e cultural.

Que as **bênçãos do Querebentã de Zomadonu** alcancem aos que nos acompanham nesta trajetória, fazendo de 2003 um ano de continuidade e aprofundamento das nossas ações culturais.

Seminário sobre o



Dando conclusão a processo nº 1464-T-00, aberto em 26 de abril de 2002, iniciado com requerimento de Dona Deni Prata Jardim, chefe da Casa das Minas, e apoiado por Raul Lody, curador da Fundação Gilberto Freyre; por Maria Michol Pinho de Carvalho, diretora do CCPDVF da FUNCMA; e por Sergio Ferretti, presidente da Comissão Maranhense de Folclore, no dia 25 de novembro de 2002, o senhor Ministro da Cultura assinou a Portaria 637, que autoriza o tombamento da Casa das Minas Jeje do Maranhão, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em comemoração a este auspicioso evento, foi organizado pela Fundação Cultural do Maranhão, através do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, pelo Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Popular da Universidade Federal do Maranhão - UFMA e pela Comissão Maranhense de Folclore, um Seminário sobre o Tombamento da Casa das Minas. O evento teve o patrocínio da Fundação Souzaândrade de apoio à UFMA, da Fundação Municipal de Turismo, da Fundação Pierre Verger e do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e foi realizado no período de 26 a 28 de novembro de 2002.

Para assinalar o ato, foi encomendada ao artista plástico Paulo César Alves de Carvalho uma placa de cerâmica azulejar, em técnica Majólica estampilhada, com legenda em letras itálicas, composta de 3 x 4 azulejos marmorizados, nas cores azul cobalto, manganês e amarelo ocre, tendo cada peça as dimensões de 14 x 14 cm, no estilo dos azulejos que chegaram ao Maranhão no final do séc. XVIII. A placa traz a inscrição: "Casa das Minas - Querebentã de Zomadonu - Tombada pelo IPHAN em 2002" e foi instalada na fachada da Casa, ao lado da entrada principal. Uma reprodução da placa foi utilizada na capa do folder e no convite para participação do evento.

O seminário teve início com o descerramento da placa de azulejos, realizada às 18 horas do dia 26 de novembro de 2002. O evento do descerramento da placa, que teve ampla cobertura da imprensa local, contou com a

participação de autoridades, estudantes e interessados e muitas pessoas ligadas a terreiros de tambor de mina e umbanda do Maranhão. Na oportunidade, foram pronunciadas algumas palavras alusivas ao evento, tendo se manifestado os signatários do pedido de tombamento e o representante do IPHAN, que destacaram a importância simbólica desse tombamento, ressaltando o caráter multiétnico de nossa sociedade.

A placa foi descerrada por Dona Zelinda Lima e pelas vodunsis presentes. Estas entoaram dois cânticos: um alusivo à fundadora e outro em homenagem

ao vodun Zomadonu, a quem é dedicada a Casa das Minas, o Querebentã de Zomadonu, na língua Jeje. Depois foi servido aos presentes um mingau de milho acompanhado de pastilhas e refrigerante. O evento contou com a participação de mais de 300 pessoas.

Nos dois dias seguintes foi realizado no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho o Seminário sobre o Tombamento, que teve início com a abertura, na Galeria Zelinda Lima, de uma exposição comemorativa ao tombamento, que constou de dez fotos de Pierre Verger sobre a Casa das Minas feitas em 1947, cedidas pela Fundação Pierre Verger, e de 16 peças usadas pela Casa no culto aos voduns, incluindo vestimentas, instrumentos musicais, toalhas, bengala, cachimbo, guia de contas, louças, imagem de santo e pano-da-costa africano do século XIX pertencente à Casa das Minas, além de uma boneca de louça que foi usada por uma tobossã da Casa das Minas e alguns livros sobre a Casa.

Logo a seguir, no auditório Rosa Mochel, foi dada continuidade ao evento com palavras de Maria Michol Pinho de Carvalho, diretora do CCPDVF, que expressou sua satisfação em colaborar com esse importante acontecimento e convocou a todos para acompanharem o Seminário sobre o Tombamento, que constou de duas mesas redondas em cada tarde. A primeira mesa foi coordenada por Sergio Ferretti e versou sobre Tombamento de Terreiros de Culto afro no Brasil. O antropólogo Raul Lody, da Funarte, falou sobre Patrimônio Cultural e Cidadania. Comentou aspectos dos problemas de identidade cultural, alteridade e diferenças culturais. Fez uma retrospectiva do tombamento de outros terreiros no Brasil, realizados pelo município, pelo Estado e pelo Governo Federal. Lembrou o recente registro do acarajé nos livros de bens imateriais e congratulou-se com a Casa das Minas por esse importante acontecimento.

Em seguida, falou o arquiteto do IPHAN, José Leme Galvão Júnior, que discorreu sobre Bens Materiais e Imateriais para a memória cultural. Discorreu sobre patrimônio, preservação e conservação. Falou sobre a proteção legal à Casa das Minas conseguida com esse tombamento. Falou sobre o dever do Estado na proteção de bens sim-

Tombamento da Casa das Minas

Sergio F. Ferretti*

bólicos materiais e imateriais, sobre os livros de registros desses bens e sobre a necessidade de sua salvaguarda por fazerem parte da memória cultural da sociedade.

Em continuidade falaram as técnicas da 3ª SR/IPHAN, a historiadora Kátia Boguea e a arquiteta Stella de Brito, que historiaram e apresentaram as diversas etapas do processo de tombamento da Casa das Minas, comentando os documentos que fazem parte do processo, expondo, por meio de transparências, alguns dos diversos tipos de mapas e fotos que foram produzidos, comentando a proteção das quadras circunvizinhas do entorno e a legislação que proíbe alterações no gabarito das construções próximas e inúmeros outros detalhes técnicos do processo. Falaram também sobre a necessidade de difundir a educação patrimonial especialmente entre jovens e crianças, que valorize o respeito pela herança cultural. A senhora Superintendente Regional da 3ªSR/IPHAN, arquiteta Margareth Gomes de Figueiredo, entregou aos signatários do processo um documento com esclarecimentos sobre o tombamento. E, finalmente, Dona Deni Prata Jardim, chefe da Casa das Minas, falou de sua alegria e de toda a irmandade pelo tombamento ora concluído e de sua emoção em participar desse ato, agradecendo a cooperação de todos os que contribuíram para o bom êxito do mesmo. Após as exposições, foi aberto amplo debate com o público presente, tendo sido apresentadas diversas questões aos membros da mesa com a solicitação de esclarecimentos que foram feitos na medida do possível.

No dia seguinte, 28 de novembro de 2002, no mesmo auditório, teve continuidade o Seminário com a mesa sobre o Tombamento da Casa das Minas, coordenada pela antropóloga professora Mundicarmo Ferretti. Inicialmente falou o antropólogo da UFMA professor Alexandre Fernandes Correa, que discorreu sobre Relações entre Memória e Patrimônio em Tombamento de Terreiros Afro-Brasileiros. Falou sobre aspectos etnológicos relacionados com a memória e o patrimônio cultural e sobre a pesquisa etnológica como registro e inventário do patrimônio cultural imaterial. Apresentou reflexões sobre aspectos das políticas culturais sobre preservação de bens simbólicos e a necessidade de promover memórias sociais subterrâneas, sobre terreiros como eco-museus da cultura afro-brasileira e sobre a importância do tombamento da Casa das Minas para a etnologia afro-maranhense.

A seguir, falou o engenheiro Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, membro do Conselho Consultivo do IPHAN, apresentando seu parecer, datado de 17 de agosto de 2002, que foi aprovado por unanimidade pelo egrégio Conselho do órgão. O parecer foi apresentado com acompanhamento de transparências de várias fotos do processo¹. O arqueólogo Deusdedit Carneiro, da FUNCMA, deveria falar sobre o tombamento da Casa das Minas na esfera esta-

dual, mas infelizmente não pode comparecer.

Na mesma seção, Dona Maria Celeste Santos, vodunsi da Casa das Minas, apresentou depoimento discorrendo sobre sua alegria com esse evento e falando de suas atividades na Casa, especialmente como organizadora da Festa do Divino, de viagens que realizou ao Benin e no Brasil, conhecendo outros terreiros de culto afro, sobre o trabalho com a escolinha Mãe Andresa, que organizou e dirige funcionando na Casa.

A coordenadora da mesa também fez comentários sobre a importância do tombamento e, em seguida, abriu os debates. Foram apresentadas diversas questões e foi amplamente discutida a sugestão apresentada pelo antropólogo Raul Lody, que já vinha sendo discutida, de se organizar, no prédio recém tombado, um memorial com objetos e documentos sobre a Casa das Minas. Encerrando o evento, Dona Deni e Dona Celeste cantaram novamente dois cânticos do repertório da Casa e Dona Celeste dirigiu palavras de agradecimento a todos os presentes, encerrando o evento.

Os membros da Casa das Minas informam que, antes do atual endereço, a irmandade teria funcionado na Rua de Sant'Ana e que, com o crescimento da cidade, tiveram que mudar para o bairro da Madre de Deus. Na década de 1840, alguns negros alforriados se reuniram para adquirir lotes de terra nessa parte da cidade e construir o prédio atual da Casa das Minas. Aos poucos foram adquirindo três lotes contíguos, na Rua de São Pantaleão, hoje número 857, na esquina do chamado Beco das Minas. O primeiro lote foi adquirido por Maria Jesuína e outras, onde construiu casa dedicada à sua entidade protetora, o vodun *toi Zomadonu*. Tempos depois, Dona Ozana Maria da Conceição Ferreira, crioula e seu companheiro de nação mina, Antônio Francisco das Chagas, edificaram uma casa ao lado, que legaram em testamento à irmandade da Casa das Minas. Esse prédio é dedicado a *noché Sepazin*, vodun carregado por mãe Ozana, que em inícios do século XX foi a terceira chefe da Casa das Minas. O terceiro terreno foi adquirido por uma dançante, que o dedicou ao seu vodun *toi Dadarro*.

Assim, os três lotes contíguos foram dedicados a voduns *jejes* relacionados com membros da família real do antigo reino do Daomé, conhecida na Casa como família de Davice. Nos dois primeiros lotes foram construídas duas casas conjugadas, de taipa, com telhado de barro, que existem até hoje. No terceiro lote foi construído um prédio, que depois ruiu e não foi reerguido. O vodun *Dadarro* doou esse lote para que, nos fundos dele, fossem construídos quartos para os voduns da família de Dambirá, chefiada por *Acoosi Sakpatá*. São os voduns da terra, que curam pestes e doenças contagiosas, são muito numerosos e não tinham um lugar fixo na Casa. *Zomadonu* doou para *Badé* e para *Liçá*, da família de *Quevioçô*, que são voduns *nagôs* e são hóspedes, dois quartos na frente da casa da esquina. Doou, no fundo do corredor, antes da

cozinha, um quarto para os voduns da família de *Savalunu*, que também são hóspedes na Casa, e acomodou, no lado de *Quevioçô*, dois voduns da família de *Aladanu*, hóspedes de *Quevioçô*.

Na casa de *Sepazin* há, na frente, o seu quarto, seguido do de seu esposo *Daco-Donu* e, na frente à esquerda, o quarto de seus irmãos *Doçú* e *Bedigá*. No fundo do terreno de *Dadarro* foram construídos quartos para os voduns *Boçucó*, *Poliboji*, *Alogue* e *Lepon*, da família de *Dambirá*. Supomos que todos esses cômodos abrigavam inicialmente as cerca de oito ou dez voduns que teriam se associado para a aquisição dos terrenos e construção da casa. Assim, cada cômodo ficou associado ao nome de um vodun principal, protetor da vodunsi que o ocupava originalmente.

Dessa forma, todo o espaço físico da casa é ritualmente dividido. Cada quarto é dedicado a um vodun e recebe outros que *lhes* são aparentados. Os voduns estão agrupados em famílias que residem em espaços contíguos. As vodunsis ou filhas-de-santo e seus familiares, utilizam na Casa o quarto de seu vodun. Há cômodos gerais como as cozinhas, a sala do altar (chamada sala grande), o quarto dos santos (chamado "come" ou "voduncome") e a varanda de danças (ou "guma"). No quintal, chamado "gume", localizam-se algumas árvores sagradas, que guardam pedras de assentamento. A principal é a cajazeira, seguida de três pés de *ginja* e do pé de *pinhão branco*, tendo ao centro assinalado o local onde se ergue, geralmente no mês de maio, o mastro da festa do Divino. Antigamente todo o piso da Casa era de terra batida. As vodunsis pediram permissão aos voduns para cimentarem os cômodos, o que *lhes* foi autorizado, mas a varanda de danças permaneceu com piso de terra.

A Casa tem construção semelhante aos "compounds" africanos encontrados em habitações tradicionais da Nigéria e do Benin. O modelo aqui seguido é o que se aproxima da forma em ferradura, com pátio que vai do centro ao fundo do terreno. Nas proximidades, uma quadra abaixo da Casa das Minas, outros africanos, de procedência *Nagô*, construíram na atual Rua das Crioulas, ou Costa Rodrigues, paralela à Rua de São Pantaleão, o terreiro da Casa de *Nagô*. O médico maranhense *Nina Rodrigues* conta que, em viagem que fez ao Maranhão, em 1896, foi visitar os últimos negros que existiam na capital do Estado, onde eram conhecidos por negros *Mina*. Diz que encontrou duas velhas, uma *Jeje* e outra *Nagô* de *Abeukutá*, residindo ambas em pequenas casinhas nas proximidades de São Pantaleão. Provavelmente *Nina Rodrigues* teria ido à Casa de *Nagô*, que na época constava de dois imóveis vizinhos.

A Casa das Minas, o "Querebentã de *Zomadonu*", foi incluída no livro de *tombo* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em função de seu significado histórico e etnográfico. Cabe-nos zelar por esse importante testemunho do patrimônio cultural.

* Professor Doutor do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA e pesquisador de Cultura Popular e Religiosidade Afro-Brasileira.

¹ A íntegra do texto do parecer está publicada neste número do Boletim.

Parecer do membro do Conselho sobre o Processo nº 1464-T-00 de

Ilmo Sr. Presidente do IPHAN

Ilmos. Srs. Conselheiros

Foi com muita honra que recebi do Sr. Presidente do IPHAN, Dr. Carlos Henrique Heck, através da Professora Anna Maria Serpa Barroso, a tarefa de examinar e opinar sobre este processo. Esta é a minha primeira missão como relator no âmbito deste Conselho e sendo assim, foi grande minha apreensão ao ser incumbido desta irrecusável e nobre tarefa.

É portanto, com emoção que o faço, por se tratar da proposta de tombamento de uma casa de cultura afro-maranhense, denominada Casa das Minas, ou *Querebentam de Zomadônu*, localizada em São Luís, cidade onde me radiquei desde a década de 70 e onde me dedico desde então exclusivamente às atividades de um programa de preservação do seu magnífico centro histórico.

De início considero relevante lembrar que até hoje somente dois outros terreiros de culto afro-brasileiro alcançaram a inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O primeiro deles, no ano de 1987, foi o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho - *Ilê Axé Iyá Nassô Oká*. Seguido pelo tombamento do *Terreiro Axé Opô Afonjá* no ano de 1999, ambos localizados na cidade de Salvador da Bahia.

Trata-se de números modestos em favor da proteção legal, se considerarmos que o Projeto MAMNBA - *Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia*¹, desenvolvido entre 1982 e 1987 a partir de convênio entre a antiga Fundação Nacional Pró-Memória e a Prefeitura Municipal de Salvador, mapeou um conjunto de cerca de dois mil (2000) centros de cultos afro-brasileiros somente na cidade de Salvador.

Evidente que este numeroso acervo não foi pesquisado de forma individualizada, para que se pudesse reconhecer ou aquilatar valores culturais e etnográficos suficientes, e é muito provável que a maior parte deles não venha a reunir as condições essenciais para justificar atos de tombamento.

Entretanto, observando-se a grandeza do número de terreiros identificados, e ainda mais, se fizermos uma projeção estimativa para outros estados brasileiros que, no

período colonial, assim como a Bahia, foram recebedores de grandes levadas de escravos negros e dos quais destacamos, Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão, mesmo sem aprofundados estudos podemos inferir que está havendo um descompasso entre o acervo existente no Brasil, e que se confere na casa dos milhares e estes dois únicos casos que até hoje foram efetivamente objeto de estudos e pesquisas, até chegarem ao ponto de se tornarem merecedores de um ato legal e formal de proteção como é o instituto do tombamento pelo IPHAN.

Como observa Márcia Sant'Anna² em parecer anterior, do ano de 1999:

"Não há dúvida que é grande a dívida do IPHAN para com o inventário e a proteção de bens culturais vinculados a cultura afro-brasileira. Estudos amplos dessa natureza são de fato necessários e é urgente o estabelecimento de uma política institucional de proteção dos referidos bens..."

Prosseguindo, ela mais adiante observa que dos poucos sítios previamente selecionados para proteção, somente o Terreiro da Casa Branca havia sido declarado até então como patrimônio cultural da nação. E em seguida menciona que:

*"na década de 30, Edison Carneiro, em sua inestimável contribuição à etnologia nacional, observou que os cultos afro-brasileiros, em suas diversas variações, se espalham por quase todo o Brasil, especialmente na faixa litorânea que vai da Bahia ao Maranhão"*³

E finalmente enfatiza que:

*"No Maranhão, por exemplo, a célebre Casa das Minas, em São Luís minuciosamente estudada por Nunes Pereira, constitui, certamente, um monumento a ser preservado"*⁴.

Ao receber a missão de relatar justamente o processo da Casa das Minas, me vi diante da possibilidade de prestar uma contribuição para minorar, ainda que de forma muito modesta, esta dívida social e cultural com a memória brasileira, bastando para isto que o mesmo estivesse bem instruído, para que a oportunidade não se perdesse.

Mas examinando detidamente os autos, constatei com satisfação que o mesmo está bem e generosamente instruído e que atende a todos os quesitos das normas exaradas pelo IPHAN para a preparação de processos de tombamento.

Neste ponto entendo que é meu dever como relator, o exercício de trazer aos meus pares conselheiros de forma isenta, uma síntese dos elementos que constam desta coleção de documentos, explicitando sim os valores através dos quais se busca justificar a ação de tombamento solicitada, mas também indicando possíveis lacunas ou incongruências que poderiam comprometer a força deste ato.

Aqui encontrei os seguintes itens técnicos exigidos, tais como;

O estudo das origens e dos antecedentes históricos desde sua fundação até aos nossos dias e que definem sua trajetória ao longo de mais de um século e meio.

O levantamento arquitetônico com planta baixa, cortes e fachadas na escala 1:50.

A sua delimitação no espaço urbano no contexto do centro histórico de São Luís através de documentação cartográfica como as plantas cadastrais urbanas definindo as quadras, o entorno imediato, memorial descritivo da poligonal do entorno imediato e as plantas de situação.

As definições precisas de limites de terreno na quadra a que pertence e os competentes documentos de propriedade exarados pelos cartórios locais.

A planta baixa que indica a divisão do partido interno da Casa, segundo os domínios estabelecidos pelas divindades para as suas respectivas famílias.

A documentação fotográfica exaustiva do imóvel, do entorno, bem como dos bens móveis, indumentárias, imaginária e instrumentos de culto que pertencem à Casa das Minas.

Estão também corretos os demais documentos com informações complementares que foram aduzidos no correr do processo por solicitações diversas.

¹ Projeto Coordenado pelos antropólogos Olympio Serra e Ordep Serra. Contando com a participação de Clara Andrade Alvim, Coordenadora da área de Contextos e Etnias Culturais da Pró-Memória. Os arquivos e resultados do Projeto MAMNBA se encontram em poder da Fundação Gregório de Matos, da Prefeitura Municipal de Salvador.

² Pág. 02 do parecer nº 020/99 exarado pelo DEPROT em 22 de abril de 1999, no corpo do processo de tombamento do terreiro do Axé Opô Afonjá.

³ Edison Carneiro, *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967, p 23 a 25.

⁴ Márcia Sant'Anna, pág. 03 do parecer nº 020/99.

Consultivo do IPHAN, Luiz Phelipe Andrès Tombamento da Casa das Minas



Cumpramos elogiar o papel dos protagonistas locais, a começar pela própria Chefe da Irmandade da Casa das Minas, Sra. Denil Prata Jardim, bem como dos integrantes da Comissão Maranhense de Folclore, Zelinda Lima, Maria Michol e de seu presidente, o Dr. em Antropologia, Prof. Sérgio de Figueiredo Ferretti a quem devemos a maior e mais recente obra científica sobre o acervo em questão, obra esta que está muito bem representada neste processo por artigos e livros publicados anteriormente, e ainda o valoroso trabalho da Superintendência do IPHAN em São Luís, especialmente da fun-

cionária Stella Regina Soares de Brito, que se empenhou com dedicação no preparo de minuciosos dossiês e relatórios de inspeção técnica.

Assim, repito que, do ponto de vista formal, não me restaram dúvidas de que os requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do IPHAN, mais especificamente pela Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986, foram bem atendidos e estão presentes neste processo, que por sua vez apresenta um prazo de percurso bastante razoável se considerarmos que foi iniciado em abril de 2000.

Vale dizer que não foi um processo “relâmpago”, que não permitisse o tempo de maturação necessário para a troca de informações e a sua boa instrução, mas também não se demorou excessivamente nos trâmites burocráticos, fato este que, quando ocorre, acaba ensejando uma perda nas motivações que deram razão à sua existência.

Resta-nos proceder a uma avaliação dos aspectos que se referem à necessária comprovação do valor cultural do bem e de sua relevância para a memória nacional do ponto de vista cultural, histórico, étnico, antropológico e social.

Primeiramente, é notável que embora os estudos aqui constantes não tenham sido adremente preparados pela equipe técnica do IPHAN, temos às mãos uma respeitável bibliografia, suficiente para não deixar dúvidas sobre o valor do acervo para a cultura nacional. Senão, vejamos nesta breve cronologia retirada de um dos trabalhos⁵ do Prof. Dr. Sergio Ferretti segundo a qual, já a partir da década de 30, diversos intelectuais e pesquisadores começam a se interessar em conhecer e pesquisar a Casa das Minas:

Em 1938, o escritor espanhol Álvaro de Las Casas e o etno-linguista português Edmundo Correia Lopes visitaram demoradamente a Casa das Minas, e publicaram artigos, sendo que este último analisou sobretudo elementos da língua *mina-jeje*, utilizada na casa e chamada na África de Ewê-Fon, enfatizando o “vasto patrimônio musical, coreográfico, psicológico, histórico e folclórico desse grande terreiro jeje”.

Em 1947, o médico veterinário e etnógrafo maranhense Raimundo Nunes Pereira publicou alentados escritos sob o título de “A Casa das Minas”, baseado em memórias de sua própria infância, quando conviveu na Casa e também a partir de pesquisa inovadora que ali realizou entre 1941/42.

Em 1948, foi publicado em Nova York o resultado de pesquisas que o antropólogo paulista Octávio da Costa Eduardo, sob orientação de Melville Herskovits, da Universidade de Colúmbia, realizou, estudando cuidadosamente a Casa das Minas e o povoado de Santo Antônio dos Pretos em Codó, com o título, “O Negro no Noroeste do Brasil”.

Também em 1948, Pierre Verger esteve pesquisando e fotografando exaustivamente a Casa antes de se deslocar para a África, onde chegou em fins de 1948, na cidade de Abomé, capital do antigo reino do Daomé.

⁵ “Importância da Casa das Minas do Maranhão”. Sérgio Figueiredo Ferretti. Trabalho apresentado no seminário Diversidade, Identidade e Direito Cultural. Em 26/04/2000.

CONTÍNUA O

Em 1952, Verger publicou importante artigo onde revela a identificação entre os voduns cultuados no Maranhão e divindades protetoras de reis que governaram o Daomé até 1779.

Nesta ocasião apresentou a hipótese de que *Na Agontimé*, uma das viúvas do rei *Agonglô* e mãe do futuro rei *Ghezo* e que havia sido vendida como escrava por *Adandosã*, seu meio irmão, foi provavelmente quem trouxe para São Luís o culto dos Voduns.

Em 1953, Roger Bastide, sociólogo francês de renome visitou também a casa e sobre ela escreveu vários artigos discutindo aspectos do culto aos voduns. E estudando a área religiosa afro-maranhense, considerou São Luís uma ilha de resistência daomeana, onde os negros estiveram isolados do contato com outras civilizações, mantendo-se assim bastante fiéis a suas origens. Para em seguida afirmar que a Casa das Minas “é um pedaço do Daomé do lado de cá do Atlântico”. Em diversos livros que escreveu, Bastide faz referências aos ritos de iniciação na Casa das Minas.

Na Década 1960, foi a vez da escritora norte americana Judith Gleason investigar a Casa, para em seguida, publicar em 1967 seu romance sobre a vida de *Na Agontimé*.

Em 1975, depois de prolongada investigação documental, o escritor Josué Montello publicou seu importante romance “Os Tambores de São Luís”, onde o tempo todo faz referências à Casa Grande das Minas Jêje.

Em 1977, Maria Amália Pereira Barreto escreve e publica sua dissertação de mestrado sobre a Casa das Minas.

Em 1982, o romancista e fotógrafo alemão Hubert Fichte passou oito meses estudando a Casa das Minas e publicou vários trabalhos em seu país sobre a mesma.

Em 1985 e 1995, o próprio antropólogo Sergio Figueiredo Ferretti, radicado no Maranhão desde o início da década de 1970, e após muitos anos de pesquisa, publica respectivamente sua dissertação de mestrado e a tese de doutorado, além de diversos artigos.

Este trabalho de persistente rigor científico é também fruto de uma sólida e permanente relação de convivência e amizade com a Casa das Minas, que lhe proporcionaram muitas ocasiões de observar o seu cotidiano com paciência e discrição e assim estudar a vida do culto em todas as suas nuances e rica diversidade.

Estes exemplos de manifestação de interesse da parte de importantes autores e especialistas comprovam o fascínio que a Casa das Minas exerce sobre os pesquisadores, que já a elegeram de longa data como um verdadeiro laboratório de pesquisas étnicas, etnolinguísticas, etnomusicológicas, antropológicas e históricas. E atestam o grande valor e a riqueza do acervo para a cultura nacional.

De fato, a Casa das Minas, é considerada como a mais antiga Casa de religião afro-brasileira do Maranhão, por haver sido fundada em meados do século XIX, no mesmo momento da chegada de negros escravizados e originários do sul de Benin, antigo Daomé, com a finalidade de cultivar as divindades da família real de *Abomey* através da Mãe Maria Jesuína.

Foi, por todos os especialistas que a estudaram até hoje, classificada como a única no nosso país, que cultua divindades originárias do antigo Reino do Daomé e que tem como principal manifestação religiosa as divindades denominadas de Voduns, que são invocadas através de cânticos e danças e cuja maioria são vinculados à família real do Daomé.

Aqui é importante que eu possa registrar uma impressão que guardo a respeito da legitimidade daquele ambiente, como testemunho de quem já teve oportunidade de acompanhar “in loco” algumas das celebrações, dos rituais e das festividades no interior da casa.

Durante o ano são pelo menos seis grandes eventos, como a Festa de São Sebastião, a Festa do Divino Espírito Santo. A de quarta feira de Cinzas, a de São Cosme e São Damião, a de Santa Bárbara, a de São Sebastião e de São Lázaro. Toda a comunidade contribui, comparece e participa. Entretanto, mesmo nestas ocasiões festivas se pode notar o seu caráter delicadamente intimista, sem nenhum sentido de espetáculo turístico ou como se diz popularmente: “para inglês ver”!

Outro aspecto peculiar desta casa é o fato de se constituir numa gerontocracia feminina, onde o poder vai sendo transferido em cadeia sucessória, de forma respeitosa e consensual de uma liderança para outra, segundo os dotes de sabedoria, antiguidade no culto e equilíbrio demonstrados ao longo da convivência entre elas.

Mas o tombamento que é solicitado neste processo é o da Casa em si, a edificação

propriamente dita, como sede da instituição, e devemos conduzi-lo através de procedimentos utilizados normalmente para a proteção de bens imóveis. Cabe então analisar um tanto mais detidamente este aspecto da questão.

E neste ponto gostaria de emitir opinião favorável às ponderações contidas no parecer da Procuradoria Jurídica integrante do presente processo, segundo o qual, o acervo de bens móveis não deve ser incluído neste tombamento, em virtude da natureza efêmera e facilmente perecível de numerosas das peças arroladas no inventário fotográfico, “que por sua natureza são impróprios e até incompatíveis com os preceitos do tombamento, cuja conservação e preservação constituem a essência deste ato”⁶.

Sugerimos que, no presente momento, as mesmas figurem como um efeito ilustrativo da vida ativa da Casa e como elementos enriquecedores dos autos e iremos sugerir posteriormente também ao grupo de culto, que futuramente destine uma área do imóvel para instalar uma pequena exposição de alguns objetos significativos que não estejam sendo utilizados ritualmente.

Portanto, vamos nos restringir em avaliar o imóvel propriamente. E sob este aspecto é sem dúvida notável a estreita ligação entre a estrutura física da Casa, o partido interno, a disposição dos cômodos, os materiais construtivos e os cultos que nela se processam.

A Casa é ritual e hierarquicamente dividida e cada setor é habitado pelos parentes dos principais Voduns. Assim temos as três casas principais *Zomadônu*, *Sepazin* e *Dadarrô* e as Famílias de *Quevioçô* de *Davice* e do *Dambirá*, onde outros voduns têm também um cômodo ou quarto, onde residem de fato os seus parentes.

Assim é que, se a varanda de dança ou “guma” tem piso de chão ou terra batida é porque ali dançam os voduns. Ou seja, o piso é assim porque os voduns determinam e o contato com a terra é um fundamento vital.

Não há dinheiro que possa fazer assentar ali um belo assoalho de madeira ou um faiscante piso de cerâmica. Qualquer tentativa neste sentido, mesmo conduzida com a melhor das intenções, seria fatal para o prosseguimento do culto.

Em última análise, o *Querebentan* de *Zomadonu* sobreviveu até os nossos dias porque os rituais foram preservados, e os rituais foram preservados porque eles pos-

⁶ PROJUR/IPHAN/RJ nº 032/02, parecer elaborado pela Dra. Tereza Beatriz da Rosa Miguel, referendado pela Dra Sista Souza dos Santos,

CONTÍNUA O

suem seu “locus” de celebração que é a Casa. A Casa é o corpo, e como tal é “orgânica” em seus materiais e formas.

Um observador atento pode perceber mudanças nos jogos de claro e escuro projetados pelas estratégicas localizações das aberturas de vãos e varandas posteriores. Sentir a luz e o calor de um fogão a lenha queimando no chão de terra batida, entre três pedras grandes chamadas de “**tacurubas**”.

Perceber a maciez do chão de terra do “**gume**”, na umidade e na temperatura diferente de cada cômodo, nuanças silenciosas nos compartimentos que são vedados à visitação de pessoas alheias ao culto.

Paredes de taipa, telhas de barro, reverberam os sons de maneira especial, cheiros provenientes das árvores sagradas emanam do quintal. Existem razões místicas para os detalhes das cores escolhidas para as paredes e móveis.

Enfim a casa é o templo sagrado, e funciona como tal, qualquer alteração inadvertida pode comprometer ainda mais o tênue equilíbrio que tem assegurado a perpetuação destes rituais tão ricos de valores humanos, através das gerações, por quase duzentos anos.

A propósito, e me utilizando novamente da objetividade dos conceitos técnicos, quero citar um trecho da súmula de avaliação técnica de José Leme Galvão que diz:

“Contudo os materiais e técnicas construtivas, assim como a sua inserção no espaço, são frutos do desenho e de desígnio urbanos de São Luís. O aproveitamento obediente de um quadrante de quarteirão, o grande quintal, os volumes em apenas um pavimento e a disposição dos cheios e vazios das fachadas, não são em si mesmos destaques reveladores de um templo. Portanto desta simbiose, resulta uma arquitetura civil vernácula, típica na sua externalidade urbana e única em seu papel cultural.

Como conteúdo, já bastante estudado e revelado neste processo, destacam-se os valores étnicos, que, em perspectiva histórica, dão ao local e àquela arquitetura, a necessária excepcionalidade para constituir o patrimônio cultural brasileiro.”⁷

Assim, como uma Mãe da Casa das Minas, se observada na rua, exercendo uma tarefa doméstica, ou dentro de um coletivo, jamais deixa transparecer, por nenhum detalhe, a imensa herança de conhecimentos ancestrais de que é portadora, a própria casa, em sua aparência externa não se distingue

muito das demais casas do entorno. Ambas situações fazem parte de uma estratégia secular de sobrevivência, espécie de mimetismo social diante de uma classe dominante escravocrata, preconceituosa e hostil.

E sobre o entorno da Casa, também aqui encontramos sólidas informações técnicas do IPHAN e do texto preparado pelo Prof Dr. Sérgio Ferretti e denominado “*Sobre o Entorno da Casa das Minas Jeje do Maranhão*”. Em ambos os casos as referências são ricas em valores sociais, culturais e ambientais.

E é oportuno lembrar que a Casa encontra-se localizada em área tombada pelo Governo Estadual e portanto já beneficiada também pelos rigores de um perímetro de proteção legal. Este fato desde já responde a uma outra preocupação manifesta no parecer Nº 032 da PROJUR/IPHAN, recomendando que “*no futuro sejam fixados os critérios de intervenção a serem adotados para a área envoltória do bem objeto deste tombamento*”.

E diante de tantas evidências de valores, cumpre-me ainda citar a recomendação contida no memorando do Assessor David Chalub Martins:

“Ressalto ainda que a Casa da Minas, por se tratar de um importante foco de resistência da cultura negra no Brasil, não só tem relevância para o Estado do Maranhão, como também, para o país como um todo. Sendo assim sugiro que o Terreiro Casa das Minas seja tombado uma vez que seus valores históricos, étnicos e culturais ratificam o caráter multicultural da sociedade brasileira.”⁸

A luz desta documentação sou levado a acreditar de que não terá sido por acaso que a Casas das Minas, ou “**Querebantam de Zomadonu**”, se tornou um dos mais antigos terreiros de cultos afro-brasileiros que ainda mantém incólumes grandes parcelas de suas características originais e de seus rituais sagrados

Conforme vimos nos autos deste processo, transparece todo o tempo um esforço secular de transmissão de conhecimentos originais de geração para geração. Também o corpo da Casa vem sendo mantido com as conhecidas dificuldades pelas sucessivas

Mães que a governaram e que agora apelam para o reconhecimento nacional, porque compreendem que o tombamento não é somente um ato jurídico e burocrático, mas uma estratégia de agregar valor, de tornar mais respeitado, de distinguir, de divulgar, de fortalecer argumentos de defesa, solicitações de ajuda e portanto, um caminho para consolidar as perspectivas de continuidade para o futuro.

E neste ponto, senhores conselheiros, eu me permito fazer reparo a um único trecho do parecer da PROJUR/IPHAN onde ele diz “*uma vez que o ato de proteção incide exclusivamente sobre a integridade do imóvel*”. Acredito que o ato de proteção, que está implícito na figura do tombamento, vai muito além do que sugere a materialidade da questão, ele incide também sobre a auto estima das pessoas diretamente envolvidas, bem como da comunidade envoltória, ele não atribui apenas o poder de coerção, de vigilância, de fiscalização, mas também confere valor. E como valoriza, ele eleva e estabelece uma aura de respeito sobre o bem que se pretende preservar.

Visto sob este prisma podemos arriscar que, em poucas palavras, o tombamento pode funcionar como uma profecia, cuja existência em si mesma já contribui para a realização do que profetiza. Ou ainda, se assim o desejarmos, o tombamento poderá ser a profecia da preservação.

Quero lembrar que atual chefe da irmandade, Mãe Denil Prata Jardim, ela própria assina o documento que deu origem a este processo. E revelar que, em recente visita que fiz à Casa, motivado pela necessidade de esclarecer dúvidas sobre este parecer, ouvi-a afirmar que os *voduns* indicaram agora que o caminho do tombamento federal será a forma mais eficiente de resistir e permanecer, e assim reiterou-me pessoalmente o desejo da comunidade da Casa que ela representa.

Sendo assim e corroborando a maior parte das recomendações e pareceres diversos exarados nas várias instâncias que percorreram os autos deste processo, declaro-me favorável ao tombamento do imóvel, nas condições sugeridas pela Procuradoria Jurídica do IPHAN, ou seja, não incluindo no tombamento, os bens móveis.

Este é o nosso parecer.

São Luís do Maranhão, em 17 de agosto de 2001

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès
Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN

⁷ Memorando nº 039/2002 PROTEC/DEPROT de 12/03/02, integrante deste processo.

⁸ Memorando PROTEC/DEPROT nº 038/2002, de 12/03/02, de David Chalub Martins.

Prêmio Nêgo Chico e no 10º Congresso

A **Comissão Nacional de Folclore** e a **Comissão Maranhense de Folclore** premiarão cineastas com o **Prêmio Nêgo Chico** e estudantes do ensino fundamental, médio e universitário com os **Prêmios Camélia Viveiros, Rosa Mochel, Nhozinho e Celso Magalhães**. O Prêmio Nêgo Chico integrou a programação do 25º Festival Guarnicê de Cine-vídeo do Departamento de Assuntos Culturais da PRE-XAE/UFMA. Os filmes e vídeos foram julgados pelo júri técnico do Festival e os trabalhos do Concurso de Folclore do Maranhão por professores e pesquisadores da cultura popular em nosso Estado.

Ao instituir os **Concursos de Cine-vídeo** e de **Folclore do Maranhão** as Comissões objetivaram envolver a comunidade estudantil e o público em geral na realização do Congresso. A participação das escolas foi incentivada por uma equipe formada por professores e pesquisadores da cultura popular e alunos do Curso de Ciências Sociais da UFMA, que visitou escolas das redes particular e pública de ensino. Os alunos do ensino fundamental e médio inscreveram-se através de suas respectivas escolas e os universitários enviaram os seus ensaios diretamente à Comissão organizadora do Congresso.

Participaram do Concurso de Folclore alunos das escolas: Mariana Pavão (Bequimão), Rio Grande do Norte (Santa Cruz), Dayse Galvão de Sousa (Vila Embratel), Domingos Vieira Filho (Maio-bão), Sousândrade (Lira), Fundação Bradesco (Coroadinho), Maria Firmina dos Reis (Cohama), Bacelar Portela (Ivar Saldanha), Henrique de la Roque (Vila Embratel), Liceu (Centro), Sagarana II (Caratatiua), Pedro Álvares Cabral (Cidade Operária), Estado de São Paulo (Jordoa), Coelho Neto (Ivar Saldanha), Rosa Mochel (Vila Embratel), CAIC Embaixador Araújo Castro (Cidade Operária), Dr. Francisco Ximenes (Vila Embratel), Menino Jesus de Praga (Cidade

Operaria), Benedito Leite (Centro) e Educandário Fênix (Anjo da Guarda).

Os trabalhos foram julgados por professores e pesquisadores indicados pela Comissão Maranhense de Folclore. As Escolas dos alunos premiados receberam Menção Honrosa pela participação acompanhada de uma coleção de livros sobre a cultura popular maranhense.

PRÊMIO NÊGO CHICO

Os júris técnicos dos concursos de filme e vídeo e o público atribuíram o Prêmio Nêgo Chico aos filmes e vídeos que melhor abordaram a temática de cultura popular. A premiação aconteceu durante a realização do 10º Congresso Brasileiro de Folclore quando foram entregues aos vencedores os Prêmios no valor de dois mil e quinhentos reais para cada vencedor de melhor filme e melhor vídeo, e prêmio de mil reais para melhor obra na opinião do público (júri popular).

O **Prêmio Melhor Filme**, pelo júri técnico, foi para **Tejucupapo, um documentário sobre mulheres guerreiras**, produzido por Amaro Filho, com direção de Marcílio Brandão, de Pernambuco.

Sinopse: O filme mostra em linguagem documentária a encenação realizada anualmente ao ar livre pela comunidade da vila Tejucupapo, cidade de Goiana (PE), em comemoração ao aniversário da vitória das mulheres do local sobre os holandeses no século XVII.

Melhor Vídeo, o júri técnico premiou **O Calor do Tambor de Crioula no Maranhão**, produção da Equipe Studio V e direção de Cícero Silva, do Maranhão.

Sinopse: Baseado na idéia original de Erivaldo Santos Gomes e com cenário de Cláudio Vasconcelos, o vídeo retrata a magia percussiva do Tambor de Crioula do Maranhão.

Melhor obra na opinião do público: **Boi Pirilampo**, documentário,

produzido por Renato Dionízio com direção de Murilo Santos.

Sinopse: Histórico do Bumba-meu-boi maranhense, a partir do Boi Pirilampo, intercalado por toadas da brincadeira.

CONCURSO FOLCLORE DO MARANHÃO

Os prêmios Camélia Viveiros, Rosa Mochel, Nhozinho e Celso Magalhães foram criados para incentivar o estudo e a pesquisa entre os estudantes do ensino fundamental, médio e universitário sobre as danças, festas, ritos e outras manifestações da cultura popular maranhense. Os prêmios recebem nomes de personalidades maranhenses que contribuíram para a transmissão de conhecimentos tradicionais, folclóricos e artesanais em nosso Estado. Os trabalhos foram julgados por níveis de ensino: Luís Carlos Mendonça Mathias, artista plástico; Jandir Silva Gonçalves, pesquisador; e Valquíria Solange Almeida, professora de artes, julgaram os desenhos dos alunos de primeira a quarta séries do Prêmio Camélia Viveiros; os textos dos alunos de quinta a oitava séries - Prêmio Rosa Mochel - foram avaliados pelos estagiários do Curso de Ciências Sociais: Keila Cristina Coelho Podavi, Lucivaldo Nascimento da Mata, Francisco Carvalho e Amanda Santos; os trabalhos referentes ao Prêmio Nhozinho, de ensino médio, foram escolhidos pelas professoras e pesquisadoras Márcia Tereza Pinto Mendes, Josimar Mendes Silva e Maria do Rosário Carvalho Santos. A leitura e a escolha dos ensaios premiados de universitários foram realizadas pelos professores e pesquisadores Mundicarmo Ferretti, Sergio Ferretti, Andréa Farias, Joila Moraes e Nizeth Medeiros.

A premiação aconteceu na abertura do 10º Congresso Brasileiro de Folclore, dia 18 de junho de 2002, às 19:00h, no Hotel Vila Rica.

* Radialista e Coordenadora da Comissão de Comunicação do 10º Congresso Brasileiro de Folclore.

Concurso de Folclore Brasileiro de Folclore

Roza Santos*



“Mosaico Junino”, de Michael Anthony Braga.
Prêmio Camélia Viveiros - 1º lugar

PRÊMIO CAMÉLIA VIVEIROS

Foram premiados alunos de primeira a quarta séries do ensino fundamental que apresentaram trabalhos inéditos sob forma de pintura ou colagem. Aos três melhores trabalhos selecionados foi concedido o prêmio no valor de quatrocentos reais, trezentos reais e duzentos reais - primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente.

O **primeiro lugar do Prêmio Camélia Viveiros** coube ao aluno Michael Anthony Braga Pires, oito anos, segunda série, do Colégio Fênix, do Bairro Anjo da Guarda, com o **título: Mosaico Junino** - desenho em lápis de cor - recorte integrado dos vários elementos de um terreiro junino: palmeiras, balões, bandeirinhas, fogueira, barraca, casal de brincantes de quadrilha, índias e brincantes de bumba-meu-boi.

O aluno Lucas Felipe Ramos Rubim, sete anos, primeira série, da Unidade Integrada “Mariana Pavão”, do Bairro Rio Anil, ganhou o **segundo lugar**, com o **trabalho Bumba-Meu-Boi** - desenho abstrato em lápis de cera com ele-

mentos da brincadeira. O **terceiro lugar** coube à Tereza de Jesus Silva Viana, 62 anos, aluna do Tele-Ensino, terceira fase do supletivo, da Unidade Integrada “Mariana Pavão”, do Rio Anil. **Título: Os Terreiros de São Luis** - desenho da dança do bumba-meu-boi com elementos da brincadeira, aspectos de um terreiro junino e assistentes.

PRÊMIO ROSA MOCHEL

Premiação concedida aos três melhores trabalhos inéditos apresentados em texto por estudantes da quinta à oitava séries do ensino fundamental. O prêmio foi de quinhentos reais para o primeiro lugar, quatrocentos reais para o segundo e trezentos reais para o terceiro.

O **primeiro lugar do Prêmio Rosa Mochel** foi para o trabalho **O Maranhão de Cultura e Expressões Diversas**, de Honiere Silva Rabelo, quinta série, do CEEFM Benedito Leite, Centro. No texto, Honiere descreve como a cultura se faz presente na vida dos maranhenses e como os adolescentes sentem a diversidade cultural do

nosso Estado. Observa aspectos da nossa cultura como as caixeiros da festa do Divino “que encantam o público com as suas batidas de ritmos lentos, mas agradáveis, com canções que pouco se entende mas que nos fazem pensar de como seriam em outros tempos essas festas”, ou ainda, espaços como o Convento das Mercês, as ruas do Centro Histórico e até o Cemitério do Gavião em frente ao qual “podemos acompanhar várias apresentações da nossa cultura”.

O trabalho que ganhou o **segundo lugar - Contrastes do Bumba-Boi** é de autoria de Adriana Sousa do Nascimento, sexta série, Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco, Bairro Coroadinho. Adriana coloca as contradições entre as ricas vestes e a real pobreza dos brincantes. Ela diz que “depois das comemorações, aquelas pessoas que pularam, riram, passaram alegria, voltaram a ser trabalhadores que labutam dia após dia. Às vezes o pão da manhã ou café com farinha tornam-se os seus únicos alimentos, entretanto o amor à brincadeira é maior, maior do que o amor a si e sustenta a alma que torna-se a base de todo o corpo. A fome cultural fala mais alto”.

Povo Lutador, de Carla Daniele Marinho dos Santos ganhou o **terceiro lugar**. Aluna da oitava série, da Unidade Integrada Sagarana II, do Bairro Caratatiua, Carla coloca que o maranhense é povo lutador porque apesar da globalização soube conciliar a tecnologia à tradição. Segundo ela, Catirina “é uma grande figura maranhense que não teve medo de sonhar alto, é um exemplo de brasileira, nordestina e maranhense”. O Maranhão com seu grande acervo cultural enriquece nossas músicas e nossos poemas cheios de emoção. A mesma emoção que fez artistas como João do Vale e Coxinho, escritores como Gonçalves Dias, Bandeira Tribuzi, Ferreira Goulart, Josué Montello, José Sarney dentre outros, todos inspirados na nossa bela terra.

CONTINUA O

PRÊMIO NHOZINHO

Mais um incentivo aos alunos do ensino médio na pesquisa do nosso folclore para trabalhos inéditos apresentados em texto. Os três melhores trabalhos receberam a premiação nos valores de seiscentos reais, quinhentos reais e quatrocentos reais.

O aluno Deurivan Freitas Lima, do CEM Liceu Maranhense, Centro, levou o prêmio do **primeiro lugar**, com o trabalho *Nossa Cultura Para Quem?*

O autor começa se questionando “como falar de folclore maranhense sem ter um conhecimento preciso a respeito do assunto?” Como conhecer o assunto “se no decorrer do ano letivo pouco se explora da cultura popular na escola, mas isso poderia mudar”. Diz que o Maranhão tem uma identidade cultural própria e discorre sobre a criatividade e as influências de raças e culturas que só poderiam resultar nessa riqueza cultural, para concluir que o Maranhão evoluiu como pólo turístico mas que precisamos dar mais atenção a quem faz a verdadeira cultura popular e que é o mais valioso patrimônio, o povo maranhense.

As Inquietudes do Homem Reverenciam o Folclore texto de Wesley Pércles Sousa dos Santos, aluno do CEM Coelho Neto, do Bairro Caratatiua, ganhou o **segundo lugar** do Prêmio Nhozinho. Wesley começa a escrever sobre as inquietude do homem questionando quem é, para onde vai e diz que com certeza sabe onde está porque suas raízes se prendem aos costumes e crenças do lugar em que vive. A tradição de influência popular, sem fontes escritas, mas evocada pela prática das observações dos costumes, o identifica e o tira da ansiedade de buscar a própria origem. É, também, da sabedoria popular, sem conhecimento acadêmico, que surge a maior contribuição para a venda de mercadoria, o valor da propaganda para o sucesso dos negócios que já se via em São Luís o cantar dos pregoeiros. O folclore contribui na identificação de nossas raízes suavizando a inquietude na busca de sua identidade, conclui.

O **terceiro lugar** coube à aluna Jaqueline Diniz Pinho, do CEM Liceu Maranhense, Centro, com o trabalho *Cultura Popular Maranhense e as Influências da Modernidade*. No texto Jaqueline enfoca aspectos da cultura

popular maranhense, as variadas danças e manifestações cada uma com um ritual simbólico de caráter religioso; o nosso potencial turístico, e que para responder a essa demanda as brincadeiras recebem incentivo do governo, se transformando em pequenas empresas. E, nesse cenário, ao tentarem seguir as regras do capitalismo perdem suas características regionais. Finaliza dizendo que tanto a indústria do turismo quanto a ação do governo possuem duas faces: boa e a ruim – é de fundamental importância que se saiba distinguir os benefícios e os malefícios dessas ações.

PRÊMIO CELSO MAGALHÃES

Concurso destinado a estudantes universitários para ensaios inéditos apresentados em texto, com até dois autores, sobre a temática cultura popular. A premiação concedida aos três melhores trabalhos foi nos valores de setecentos reais, seiscentos reais e quinhentos reais, primeiro, segundo e terceiro lugares respectivamente.

Mitos, Estórias e Versões: bumba-boi e Representações Coletivas, dos alunos de Ciências Sociais da UFMA, Maria Tereza Nunes Trabolzi e Cosme Oliveira Moura Junior levaram o **primeiro lugar** do Concurso.

Resumo: o trabalho aborda algumas estórias que estão em torno do Bumba-boi do Maranhão. Algumas estórias que norteiam o repertório de alguns bois: versões de autos e o mito religioso. Os autos são as histórias que referenciam as personagens de Catirina, Pai Francisco e um Boi querido do dono da fazenda. E a lenda aborda uma narrativa em torno dos santos juninos. Com a consolidação da Antropologia Interpretativa, o conceito de cultura ganha um sentido mais amplo, assim significando um conjunto de redes construídas pelos homens e que nessas mesmas redes os atores sociais perdem-se (GEERTZ, 1989). A partir dessa concepção semiótica de cultura, os autores buscam compreender e interpretar as narrativas referentes ao Bumba-boi que são abordadas como conteúdos simbólico-culturais que enfocam visões de mundo de uma dada realidade. O trabalho não é um estudo sobre o ato da festividade do Bumba-boi, mas um estudo inicial sobre os símbolos sociais em circulação nas narrativas que dão base e legitimidade ao Bum-

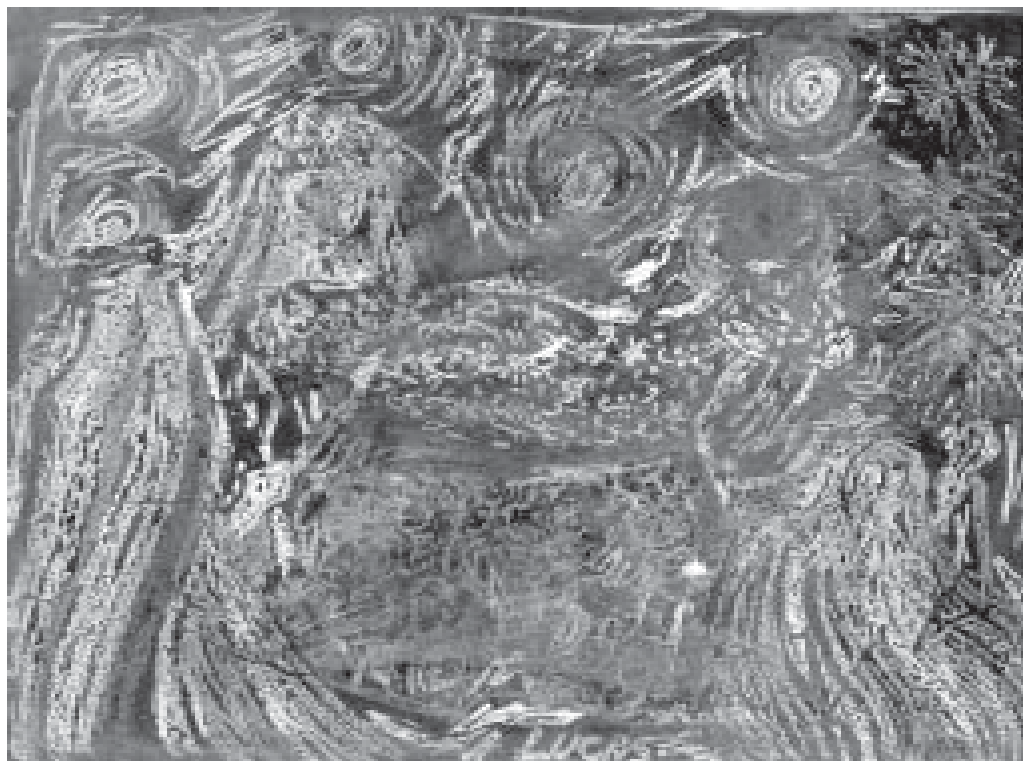
ba-boi, contextualizado na análise das narrativas que, na visão dos autores, estão imbuídas de formas de pensar (representações e classificações) de uma dada comunidade imaginada. Como base teórica foram de grande relevância as categorias de representação e classificação coletivas abordadas por Durkheim (1970) Marcel Mauss (1979), além de idéias de ritual e mito referidas por Durkheim em *Formas Elementares da Vida Religiosa* (1996). No decorrer do trabalho percebem a importância de algumas abordagens sobre Invenção das Tradições de Eric Hobsbawn (1997) e adotaram algumas estratégias metodológicas de Peter Burke (1999) e R. Darton (1988).

Feitas as análises interpretativas das narrativas, como conclusão, observaram a importância da valorização do fato social como algo simbólico-ritualístico que possui visões de mundo e cosmologias de uma dada comunidade imaginada. Portanto, o Bumba-boi, quer seja “tradicional” ou inovação, deve ser entendido como uma manifestação onde ícone e símbolos sociais são corporificados e sistematizados em um todo ritualizado.

O **segundo lugar** coube ao aluno de Geografia da UFMA, Marcelino Silva Farias Filho, com o ensaio *Turismo, Tradição e Modernidade: a religião afro-maranhense como referência*. A importância da religião afro-maranhense como uma das grandes potencialidades para o turismo cultural não só para o leigo mas também para o estudioso.

Resumo: O trabalho apresenta através de documentos históricos coletados em jornais de São Luís dos anos 20 e 30 do século XX, como Pacotilha e Tribuna e ainda estudos realizados por cientistas sociais como FERRETI S. (2000), BRAGA (1995), FERRETI M. (2001), BERKENBROOK (1967); análise e breves considerações acerca de como tradicionalmente a religião afro-maranhense foi discriminada em função de seus rituais e de como a mesma, a partir da resistência à repressão policial torna-se um dos principais fatores de construção e afirmação de uma identidade cultural e ética no seio da sociedade maranhense, especificamente de São Luís, que insiste, mesmo na modernidade em discriminar faceta tão fundamental de nossa cultura e história. Analisa, ainda, as implicações da modernidade e suas influências no que se refere ao tão ensejado tradicionalismo na cultura tida como “pura” ou original,

CONTINUA O



*"Bumba-meu-Boi", de Lucas Felipe Ramos Rubim.
Prêmio Camélia Viveiros - 2º lugar*

Para isso percorre o caminho histórico da chegada dos negros ao Brasil trazidos como escravos, às perseguições influenciadas pela ideologia do Catolicismo que confundia os rituais religiosos africanos com feitiçaria. A discriminação e inferiorização do negro advindo de resquícios e influências da teoria evolucionista que impregnou a população europeia no século XX, segundo a qual as culturas deveriam passar pelas mesmas etapas de evolução, situando a cultura negra na base dessas etapas por serem consideradas primitivas. Fatores que agiram de forma a inibir a propagação ou mesmo execução dos rituais em terreiros. As perseguições levadas a cabo pela força policial, tanto na esfera municipal quanto estadual, dão elementos para diversas considerações historicamente fundamentadas em que se destaca a de que os cultos de influência africana, por muito tempo proibidos no Brasil, até hoje, são vistos com certo olhar de desconfiança. Principalmente por ter a cultura africana concentrado-se em áreas como a arte e no refinamento das relações humanas e sendo a religião parte de tão rica cultura, por diversas vezes a mesma fora, e ainda o é, confundida com manifestação folclórica, tão somente, desvinculando de seus cultos seu verdadeiro sentido. O autor acha que modificações constantes passaram

a ser um dos elementos prejudiciais à religião tipicamente maranhense ou seja ao Tambor de Mina. O fluxo de turistas de visitantes nos locais de culto se reflete certamente na perda de privacidade total ou parcial na realização dos rituais. A noção de tradição conduz a duas implicações de essencial importância para a religião de origem africana se por um lado significa status, por outro, o mesmo dirá respeito ao grau de "pureza" e de fidelidade na realização dos cultos e cita FERRETTI S. (1995) de que na Casa das Minas os toques e os próprios tambores Jeje são muito diferentes dos abatás dos outros terreiros. Dizem que estas proibições são para não misturarem os toques e para preservar os ritmos da religião. Mesmo nessa casa de culto, uma das primeiras de São Luís, há a inserção de elementos de outras categorias de religião, pois o sincretismo atestado (dessa não pureza) ocorre na religião, na filosofia, na ciência, na arte e pode ser de tipos muitos diversificados. Dentro dos mesmos preceitos do que é defendido acerca do que é tradição o conceito de modernidade afirma-se como ações capazes de permitir uma completa ou parcial mudança no sentido de determinada facção cultural.

A Escola Francesa de Sociologia e a Festa do Divino na Casa das Minas, trabalho de autoria de Bru-

no Rogens Ramos Bezerra e Cosme Oliveira Moura Junior, alunos do Curso de Ciências Sociais da UFMA, ganhou o **terceiro lugar** do Prêmio Celso Magalhães.

Resumo: Os autores esboçam uma análise antropológica e etnológica sobre os símbolos, rituais, danças, músicas e religiosidade, tendo como base de argumentação teórica basicamente Marcel Mauss (1974). Essa construção teórica sobre a Festa do Divino foi resultado da observação empírica da Casa das Minas e das discussões realizadas na disciplina Antropologia III, ministrada pela professora Maristela de Paula Andrade, do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. Fazem uma breve referência sobre alguns elementos da Casa de Nagô e da festa do Goiabal, pois ao observar a Festa do Divino da Casa das Minas percebem que existe uma integração entre essas festas em certos aspectos importantes para se perceber elementos e variações entre a festa da Casa das Minas e aquelas. Marcel Mauss, autor da Escola Francesa de Sociologia, teoriza sobre fenômenos sociais e a força da autoridade moral das sociedades para com os indivíduos. Para Mauss os fenômenos sociais devem ser considerados "totais", ou seja, possuem três facetas: o elemento sociológico, o psicológico e o fisiológico. Porém dá ênfase ao elemento social, considerando-o o ponto de partida para se estudar os fatos sociais totais, pois deve-se estudar o "social pelo social". Observando a Festa do Divino da Casa das Minas perceberam que: o poder de autoridade social da festa ficou evidenciado pelo respeito ao Divino, principalmente nos momentos em que a caixa pede permissão para se retirar fazendo um conjunto de rituais e reverências; a própria participação dos observadores é influenciada pela autoridade social da festa, marcadas na forma de vestir, de se postar perante o altar dos santos e frente aos impérios; a divisão de papéis entre os sexos em que mulheres e homens assumem papel de acordo com o físico, psicológico e social; na festa os homens apesar de serem os indivíduos que em nossa sociedade são os "chefões", assumem papéis marginais, atuando em etapas que necessitam de força física, como o levantamento e busca do mastro, matança de animais e acendimento do fogo.

CONTINUA O

Como conclusão, constataram que a Festa do Divino da Casa das Minas pode ser caracterizada e analisada como um fato social total. Portanto, o elemento social está presente em duas formas: no período de festa os participantes alteram a sua dinâmica de vida para se fazerem presentes na festa; dentro da festa surgem leis, sanções e, de forma geral, uma nova organização social que com sua autoridade irá influir nos papéis dos indivíduos participantes da festa. O elemento biológico está presente na alteração psíquica dos que participam da festa, gerada pela autoridade simbólico-social da festa.

Biografias de maranhenses que deram nome aos prêmios

A participação da escola, o entusiasmo dos alunos em concorrer e, ainda, a proposta de que a cultura popular seja explorada nas escolas não só como brincadeira folclórica mas também como fonte de conhecimentos tradicionais, levou a Comissão Maranhense de Folclore a instituir o Concurso de folclore do Maranhão, evento anual, a partir de 2003.

CAMÉLIA VIVEIROS

Camélia Branca Costa de Viveiros faz parte da memória lúdica de crianças e adolescentes as décadas de 40, 50, e 60 como a mestra do teatro popular infantil do Maranhão. Professora normalista nasceu em São Luís em 1º de março de 1919 e morreu em 24 de novembro de 1970. Casada com Francisco José de Viveiros, teve seis filhos, entre eles o cantor e compositor Chico Maranhão.

Dotada de grande sensibilidade artística e, principalmente, vocação para trabalhar com criança, foi responsável pelo primeiro Jardim de Infância de São Luís. O Jardim de Infância Antônio Lobo, que ficava no espaço ao lado da Capela Bom Jesus dos Navegantes da Igreja Santo Antonio, no Centro.

Em sua permanência pelo interior do Estado, acompanhando o marido fiscal de renda, fundou escolas nas cidades de São José dos Matões, Bacabal, Guimarães e Vitória do Mearim. Retornando a São Luís ministrou cursos de formação para professores do primário (ensino fundamental de primeira a quarta séries). Incentivou a criação de bandinhas de fanfarras e de teatro nos Jardins de Infância, preocupando-se em relacionar a arte de ensinar a ler e es-

crever com a arte popular. Dona Camélia Viveiros já enfatizava a necessidade da educação com a participação da família e da comunidade, tese, hoje, tão defendida pelos Programas de Educação do Governo através de campanhas veiculadas na mídia.

Entre as décadas de 40 e 70 criou peças infantis para comemorar as datas festivas da religiosidade e da cultura popular. Adaptou autos de Natal, Auto de bumba-meu-boi e danças como a quadrilha para crianças de quatro a nove anos de idade. Criava textos, canções e toadas para as suas peças que eram ensaiadas no Sobradão da Rua Santo Antonio, 161, antiga Escola de Música do Maranhão.

Dos manuscritos e composições musicais do auto do boi, criado nos anos 40, nasceu o projeto Brejeiro, do cantor e compositor Chico Maranhão que produziu o disco Brejeiro em vinil, com a participação de crianças do SESI de quatro a nove anos de idade. O disco foi lançado no Casino Maranhense, em 1989.

ROSA MOCHEL

Agrônoma e licenciada em geografia e história, Rosa Mochel declarou seu amor ao homem e à natureza distribuindo sementes, incentivando o artesanato, pesquisando as manifestações folclóricas, escrevendo teatro, plantando flores ou denunciando as agressões que feriam de morte a natureza. Educadora por vocação, criou metodologia própria e buscou novos instrumentos: em sala de aula, utilizando-se da arte popular, da fotografia, do artesanato e da agricultura para transmitir conhecimentos. Criou Centros de Arte em São Luís: o Centro de Arte Japiacu, em Maracanã, e a Casa de Alice, construindo uma linguagem artística local e elevando a auto-estima do artista e do artesão maranhense.

Entre os serviços prestados às Instituições Públicas, Ministérios de Agricultura, Universidades Federal e Estadual do Maranhão, destaca-se o de Secretária de Educação do Município de São Luís, no período de 1971-1975. Cria, nesse período, o Projeto Euterpe, nome da deusa da música e da poesia e ainda gênero de palmáceas, palmeiras. Desse Projeto, nascem a Festa da Juçara, realizada, até hoje, em Maracanã; a Feira da Mandioca e multiplicam-se os Centros de Arte tanto em São Luís quanto no interior da Ilha, comprovando que a utilização dos recursos da flora maranhense somados aos elementos de identida-

de cultural do povo é a metodologia adequada para o processo de crescimento social.

Rosa Mochel editou as coleções "Ausência Presente" e "Colméia". Na coleção "Ausência Presente", retrata a vida e obra de personagens importantes da nossa terra. Fazem parte dessa coleção os livros "Fada das Crianças" - vida da professora Camélia Viveiros; "Obrigada Doutor", que destaca a prática de curar de vários médicos maranhenses; "A Festa dos Sons", um registro da vida de nossos músicos; e "São Luís, Pedra sobre Pedra", documento sobre os prefeitos de nossa capital. A coleção "Colméia" é um registro sócio-econômico dos povoados da zona rural de São Luís. Publicou: "Tibiri/Tibirizinho", "Vila Maranhão", "Forquilha" e "Maracanã". Entre os estudantes do ensino fundamental de terceira e quarta séries, Rosa Mochel tornou-se conhecida pelo livro "Conheça o Maranhão", editado pelo SIOGE, em 1971, com noções básicas sobre a história e formação sócio-econômica e cultural do Estado do Maranhão. Livro utilizado nas escolas até início dos anos 90.

Rosa Mochel nasceu na cidade de Miritiba, hoje, Humberto de Campos, em 19 de janeiro de 1919 e morreu, em São Luís, em 02 de fevereiro de 1986. Em 1998, na reinauguração do prédio de exposição do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, na Rua do Giz, foi inaugurado o Auditório Rosa Mochel, espaço para 106 pessoas, climatizado, com som ambiente e recursos audiovisuais.

NHOZINHO

Antônio Bruno Pinto Nogueira, filho de Sebastião José Nogueira e Marcolina Pinto Nogueira, nasceu em 17 de maio de 1904, em Bacuripã, município de Cururupu-MA, e morreu, em São Luís, em 23 de maio de 1974, no Bairro da Alemanha.

Nhozinho, nome que assinava suas obras de artesanato, a princípio trabalhava a madeira, passando depois para o buriti, mais maleável. Ele recriou no frágil buriti os tipos populares maranhenses em festa, em particular as figuras do bumba-meu-boi em movimento de dança. Sua obra maior são as célebres "rodas-de-bumba-meu-boi". O que mais chama a atenção nas miniaturas de Nhozinho são os traços fisionômicos, as formas gestuais e a postura de cada brincante.

CONTINUA O



Os Terreiros de São Luís, de Tereza de Jesus Silva Viana.
Prêmio Camélia Viveiros - 3º lugar

Comparado a Aleijadinho, mestre mineiro do barroco, devido serem ambos vítimas de mutilações por doenças deformatórias, Nhozinho se locomovia em um carrinho de madeira, por ele mesmo fabricado. A moléstia que lhe deformaria os membros inferiores, braços e mãos a partir dos 12 anos de idade não o impediu de começar a arte de esculpir, utilizando papel e madeira de buriti, fazendo papagaios (pipas), animais e árvores para ornamentação de presépios e cofres-caixinha de madeira.

A arte de Nhozinho faz parte de acervos de colecionadores nacionais e estrangeiros, do acervo do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (Maranhão) e da Casa do Pontal (Rio de Janeiro), tendo figurado, ainda, em exposição de arte popular realizada no Centro Domus (de Milão, na Itália) e na Bahia, em 1972. Em 7 de junho de 2002 foi inaugurada a Casa de Nhozinho, terceiro módulo do CCPDVF, que expõe o cotidiano ao homem maranhense: a sua arte, criatividade e engenho.

A "roda-de-bumba-meu-boi" desse artesão maranhense ilustra os cartazes, os folders e os botons do 10º Congresso Nacional de Folclore.

CELSO MAGALHÃES

É considerado o primeiro folclorista do Brasil, por ser o primeiro a exami-

nar a poesia popular com método e conhecimento cultural.

Celso Tertuliano Lopes da Cunha Magalhães nasceu na Fazenda Descanso, da Comarca de Viana, hoje, Penalva-Maranhão, em 11 de novembro de 1849 e morreu em 9 de junho de 1879. Seguidor da teorias de Darwin, Comte e Taine, Celso Magalhães chocou a São Luís acanhada, que defendia e vivia num superado romantismo literário, ao defender idéias abolicionistas, inspiradas na observação direta de um quilombo perto de Viana onde conversou com quilombolas e presenciou não só a luta obstinada dos escravos em busca da liberdade como também a organização econômica e social, prova de que os escravos fugitivos eram capazes de se organizarem e tomarem iniciativas. Antes de Celso Magalhães, poetas, escritores e intelectuais pensavam o Maranhão à portuguesa. Toda ilustração tida como erudita era lusitana. Celso vem revolucionar o "pensar" da elite maranhense. Estréia na imprensa com as primeiras líricas, em 1867, ainda em Viana, publicadas depois no Semanário Maranhense de São Luís. Até 1868, publica vários poemas como "Vem, Não Tardes", "Para Ela", "Desânimo", "Adeus". Em 1869, matricula-se na Faculdade de Direito do Recife, colabora no Correio Pernambucano e no Jornal do Recife e é, ainda, colaborador literário de O País

(São Luís), onde publicou os Folhetins "Carranquinhas" e "Parênteses". Em 1873, inicia a publicação de "A Poesia Popular Brasileira" no Jornal "O Trabalho", de Recife.

Em novembro de 1873, cola grau de bacharel em Direito e regressa a São Luís. Nomeado promotor público em 1874, leva a julgamento, em 1877, pelo júri popular, Dona Ana Rosa Viana Ribeiro, que é absolvida, episódio muito bem contado pelo escritor Josué Montello no romance "Os Tambores de São Luís".

Em 1878, o Doutor Carlos Fernando Ribeiro, esposo de Dona Ana Rosa, assume a vice-presidência da Província do Maranhão e demite Celso Magalhães, "a bem do serviço público". A partir de então sofre diversos entraves no exercício da profissão.

Celso Magalhães, ao contrário de Castro Alves - poeta baiano, que na mesma época, inspirando-se nos Quilombolas Palmares, descreve a Mãe África como Paraíso onde seus filhos viviam em liberdade, abstraindo a realidade, mistificando-a -, aborda em seus poemas "O Escravo" e "Os Calhambolas" os problemas da escravidão, das revoltas e dos sonhos e a abolição sob um ângulo mais próximo à realidade. Os escritos de Celso Magalhães permaneceram esquecidos por mais de 50 anos. Somente em 1903, Raul Astolfo Marques, pesquisador da história literária, comenta a inteireza moral de Celso Magalhães levantando o véu de esquecimento que se abatera sobre a sua figura. Em 1919, Fran Paxeco levanta-lhe a biografia, um estudo rico de informações, divulgado na Revista da Academia Maranhense de Letras.

À frente de todos no Brasil, Celso Magalhães, compreendeu a importância da cultura popular como fonte de conhecimento das nossas raízes. Nos estudos "A Poesia Popular Brasileira", Celso recolheu versos do domínio do povo que chegou até nós, do século XXI, em forma de cantiga-de-roda: ("Terezinha de Jesus/ Deu um tombo foi ao chão...")

Verso: "Tanta laranja madura/ tanto limão pelo chão/ assim tenho derramado/ sangue no meu coração". A vida de Celso Magalhães continua sendo motivo de estudos para vários pesquisadores, entre eles encontra-se o "Livro do Sesquicentenário de Celso Magalhães (1849-1999)", organizado pelo escritor Jomar Moraes, editado pela Academia Maranhense de Letras, São Luís, 1999, utilizado como fonte para este resumo.

Reportagem-viagem ao Divino

O arquipélago dos Açores, situado em pleno Oceano Atlântico, a 1.300 km do continente luso, é composto de nove ilhas vulcânicas, a saber: *Santa Maria*, a primeira descoberta pelos portugueses, em 1427; *Terceira* (capital: Angra do Heroísmo); *São Miguel*, a maior de todas, onde fica a capital do arquipélago, Ponta Delgada; *São Jorge*, *Graciosa*, *Flores*, *Corvo*, *Faial* e *Pico*, esta com um monte de 2.350 m de altura. Escolhemos, segundo indicações de leitura e de conversas, as Terceira e São Miguel para nossas pesquisas sobre o Divino Espírito Santo, o qual – quem sabe? – talvez nos tenha vindo com os açorianos, aqui chegados em 1620 e 1621.

No governo de Diogo da Costa Machado (1619-1622), chegaram a São Luís, em duas levadas, algumas famílias açorianas; a primeira, em 1620, trazida por Manuel Correa de Melo e por conta de Jorge de Lemos Bittencourt, sob promessa de uma recompensa de 400 mil réis pela introdução de 200 casais; a segunda, no ano seguinte, de responsabilidade de Antônio Ferreira Bittencourt, providências oficiais destinadas a instalar, na capitania, dois engenhos de açúcar. A sorte destes imigrantes permanece ignorada. Sequer conhecemos aqui as *chaminés de mãos postas* características das casas dos Açores. Será que ainda é possível rastrear sinais da presença dessa gente? Com a palavra pesquisadores, historiadores, arquitetos. Mas, se os que chegaram ao Sul (Santa Catarina e Rio Grande), a partir das promessas de D. João V (1689-1750), perguntavam, ansiosos e desiludidos, onde estavam as ferramentas, as sementes, a espingarda, as vacas e a égua do edital d'El-Rei, que pensar destes pobres, um século antes desembarcados “no rigor de um clima abrasador” da calorenta região do nordeste do Brasil? O certo, porém, é que eles, ou outros que os sucederam, nos deixaram o culto ao Divino Espírito Santo até hoje venerado em quase todo o Estado.

No dia 11 de maio deste ano de 2002, seguimos (Zelinda e eu) para os Açores, com escala em Fortaleza e parada de dois dias em Lisboa. Hospedamo-nos no hotel Marina Park – Av. Pres. Castelo Branco, 440 – Praia de Iracema. Aconteceu, porém, que, depois de esperarmos até às 24 horas no aeroporto, nosso voo Tap Air Portugal 1518 foi cancelado. Puseram-nos no Hotel Vila Galé – Av. Dioguinho, 4189 – Praia do Futuro – e só no dia seguinte, finalmente, voamos para Lisboa, onde chegamos já no dia 13, com perda de um dia do programa. Ficamos no hotel Metropolitan – rua Soeiro Pereira Gomes - Parcela 2 – de onde nos comunicamos

com nossa amiga conterrânea Estér Marques, que concluiu o doutorado em Portugal. No dia seguinte embarcamos para a Ilha Terceira, no voo 1821 da TAP.

No aeroporto, Zelinda conversou com a Sra. Maria do Socorro Menezes Rodrigues Borges, terceirense, que nos forneceu, no decorrer do voo, os primeiros informes sobre o assunto de nosso interesse e nos deu o endereço da loja de seu esposo.

Instalados no Residencial Sales – praça Francisco Ornelas da Câmara, praia da Vitória, conseguimos a promessa de que uma funcionária do hotel levar-nos-ia, à noite, à casa de um festeiro. Ainda nessa manhã visitamos uma loja de lembranças, onde conhecemos o Sr. Francisco Jorge Ferreira, da Irmandade da Misericórdia, que nos ofereceu o livro “Misericórdia da Praia da Vitória – Memória Histórica – 1498-1998” e um medalhão comemorativo dos 50 anos da Instituição. Nessa loja, que oferecia vários objetos dos festejos, compramos uma miniatura da bandeira do Divino.

À noite, conforme o prometido, a Sra. Ana Bela Minhoto levou-nos à casa do Sr. Carlos Machado, Imperador da Freguesia de Santa Luzia, onde assistimos à reza do terço. Durante todos os dias dedicados ao Espírito Santo, os Imperadores e os Mordomos (cada freguesia tem os seus) reúnem familiares e amigos para esta cerimônia. Ali estavam cerca de 40 pessoas – homens, mulheres e crianças – que acompanharam o terço, recitado pela dona da casa, D. Fátima, e sua irmã, em frente ao altar armado na sala de visitas, que exibia quatro grandes coroas de prata entre velas e flores. Após a reza foi servido, na sala de jantar, um lanche aos

presentes (pão, massa sovada, favas cozidas, tremoços, vinho e refrigerantes).

No dia seguinte fomos à loja de D. Mariazinha (assim é conhecida de todos), que nos apresentou o esposo, Sr. Carlos Ramiro Menezes, e onde compramos outras lembranças, inclusive um belo Arcanjo São Gabriel. Ali obtivemos novas informações e, por sugestão de D. Mariazinha, resolvemos alterar o programa: ao invés de passarmos quatro dias em S. Miguel, como o previsto, demoraríamos apenas dois, pois, segundo ela, é em Terceira que se concentra o melhor dos festejos ao Divino.

Nessa mesma manhã levou-nos à casa de D. Lina Menezes, cujo filho é Imperador na freguesia de São Brás, onde fizemos a primeira foto. A anfitriã não nos deixou partir antes de partilharmos do almoço íntimo no galpão e do ambiente familiar de gente tão generosa e expansiva. Com um suculento cozido, feijoada e delicioso vinho, privamos gostosamente da convivência amena e cordial daquela família e seus auxiliares.

Então, a 14, pela manhã, seguimos para São Miguel, onde ficamos no Hotel Avenida, em Ponta Delgada, após 45 minutos no avião da British Aerospace.

São Miguel pareceu-nos um tanto cosmopolita, a orla marítima cheia de hotéis sofisticados, uma multidão de turistas, americanos, japoneses etc., lembrando a Avenida Atlântica e Copacabana. Mas, a tradição não morreu de todo, tanto que visitamos, acompanhados pela filha do motorista que nos servia, a menina Micaela, três residências de festeiros do Divino. Em todas havia a azáfama dos preparativos para a festa maior do Domingo de Pentecostes:



Espírito Santo dos Açores

Carlos de Lima*

residências de D. Conceição Brum, na rua da Inocência, 53; residência de D. Laura Medeiros, rua da Alegria, 30; residência do Sr. Eurico Manuel Mota, rua da Cruz, 15; todas na freguesia de nome exótico: Rabo de Peixe! onde se concentram os festeiros e onde assistimos à passagem de uma camioneta carregada de pães à frente da qual ia um grupo de moças e rapazes, com típicas roupas camponesas, bailando alegremente e segurando arcos de flores a cumprir a missão de distribuir esmolas de um dos festeiros. Outra denominação esquisita é a do bairro de Biscoitos, onde compramos o vinho de igual nome, uma das especialidades da Ilha Terceira.

De modo geral nelas reservara-se uma sala artisticamente decorada com sedas, velas e flores, com um altar que exibia as coroas simbólicas do Divino. Notamos que nas ilhas o destaque é para a coroa e raramente aparece uma pomba, como entre nós. As fotos, decerto, dirão melhor que as palavras.

Na primeira visita, por deferência especial aos turistas, visto como chegados antes da hora e em plena tarde, ofereceram-nos a tradicional broa da festa, a “massa sovada”, uma rosca doce, cuja receita a Zelinda apressou-se a aprender e aqui vai, a quem interessar possa: 8 k de farinha de trigo, 3 ½ k de açúcar, ½ k de manteiga, 3 ½ dz de ovos, 500 gr de banha de porco, 4 barras de fermento de pão.

Tendo, pois, conseguido da companhia aérea antecipar o retorno à Ilha Terceira, chegamos a 18 ao aeroporto de Lages, prontos a participar, decididamente, dos grandes festejos do domingo.

À tarde, sempre em companhia de D. Mariazinha, voltamos à casa de D. Lina, que nos apresentou seu marido, o Sr. José Gabriel Menezes Lucas, criador de gado.

De início houve a distribuição das esmolas: numa mesa comprida armada no pátio, 25 oferendas enfileiravam-se, constantes de carne, pão e algum dinheiro, e eram entregues aos pobres (previamente selecionados através de fichas) que, diga-se de passagem, poderiam bem ser equiparados aos nossos *bem remediados* conterrâneos.

Após isso, formou-se o cortejo, à frente a bandeira confiada a um menino pequeno, devidamente escoltada por duas belas meninas. A seguir, outra bandeira, a cargo de três rapazes; depois, uma dezena de pares (moças e rapazes) conduzindo grandes cestos de pão; o Sr. José Gabriel e D. Lina, familiares, parentes e amigos, o povo e, por último, a banda de música – a Filarmônica da Freguesia de São Brás. Rumamos todos



para a “Casa do Povo”, onde seria servido o almoço festivo de praxe, posto fossem já 5 horas da tarde.

A “Casa do Povo” é um prédio de propriedade da Irmandade, onde se realizam atos solenes, reuniões comunitárias etc., como este ágape oferecido a 250 pessoas, distribuídas por umas 10 mesas compridas. O cardápio constou da tradicional “sopa do Divino” (caldo de carne com pão), o prato típico “alcatra” cozida, naturalmente acompanhado de muito pão e muito vinho, findo o que todos se retiraram para suas casas.

No domingo 19, cedo nos mandamos para a igreja de São Brás, onde se celebraria a grande missa de Pentecostes. Postamo-nos estrategicamente a meio do largo para registrar fotograficamente o evento.

Abrindo o cortejo os já citados meninos da bandeira seguidos de moças e rapazes trazendo enormes pães enfeitados com rosas e sobre riquíssimas toalhas bordadas; o Imperador sustentando com as mãos sobre a cabeça a grande coroa de prata; Mordomos com as suas coroas nas mãos; o padre no seu melhor paramento; senhores de terno e gravata, solenes, conduzindo suas “varas”, insígnias de sua dignidade; o povo contrito e respeitoso; o pessoal da filarmônica exibindo suas fardas com botões dourados; a música e os foguetes contribuindo para a alegria geral.

Durante a missa, na igreja superlotada, silêncio e devoção. Após o sermão condizente ao dia, dezenas de comungantes e, ao final, a saída ordenada e silenciosa, sem atropelos e algazarra. (Com minha cerimoniosa timidez perdi de fazer boas fotos, a que só me atrevi depois do convite gentil do sacerdote.) Note-se que a missa foi celebrada à moda

antiga, o padre de costas para os fiéis. E então todos rumaram para o “Império”.

O *Império* é uma edificação de aspecto simpático, de um só compartimento, um pouco acima do nível da rua, com uma porta ao meio ladeada por duas janelas, ostentando na fachada a coroa ou a pomba. No interior há mesas, cadeiras ou bancos. Fechados durante o ano, os Impérios (cada freguesia tem o seu) abrem-se no domingo de Pentecostes, ou no da Trindade (o domingo seguinte a este) para receber o Imperador e a Vereança (como chamam aqui o que conhecemos como “Império”, ou seja – a “Corte”).

Após a coroação do Imperador e a bênção do pão e do vinho, na igreja, o cortejo dirige-se para o Império, onde se depõem as insígnias (coroas, bandeiras e varas) e até ao anoitecer é constante o vai e vem de visitantes que, às vezes, deixam ali algum dinheiro. Ao lado do Império existe outro prédio, a Despensa, aonde são recolhidos aqueles grandes pães, servidos com abundante vinho de enormes dornas a quantos adentram o recinto. Sobre as mesas há carne assada (cortada em pequenos pedaços), massa sovada, favas cozidas, tremoços e vinho, dados a todos. Nas cadeiras distribuídas pelo espaço assentam-se as visitas para animadas conversas e onde almoçamos. Na parede da Despensa de São Brás vimos os casacos dos antigos “*Foliões do Divino*” (hoje desaparecido e dos quais tratamos em nossa crônica de junho – Boletim no. 22) e uma caixa muito parecida com as das nossas caixeiros, instrumento tocado pelos “foliões”. Algumas dessemelhanças existem entre os nossos costumes e os aço-

* Pesquisador de Cultura Popular.

CONTINUA O

rianos. Por exemplo: os Mordomos têm 1 coroa e uma vara; o Imperador, 2 coroas.

Na tarde de domingo, assessorados pelo Sr. Carlos e esposa, visitamos a residência do Sr. Ramiro Martins Menezes, respectivamente irmão e cunhado de nossos gentis cicerones, quando nos serviram doces e o indispensável vinho e entretivemos por cerca de uma hora agradável palestra.

No largo próximo desenvolvia-se a festa popular da freguesia de Vila Vitória: 32 carros de boi, com preciosos toldos rendados guardavam as laterais da pracinha, na qual também se apregoava leilão de um bezerro.

Roberto Da Matta distingue os rituais nacionais brasileiros como *formais* e *informais*, situando no primeiro pólo as *solenidades* e no segundo, as *festas*. Ora, no caso do Divino Espírito Santo há, concomitantemente, a solenidade e a festa. E aí residem as principais diferenças entre os Açores e o Maranhão: o aspecto formal lá é mais acentuado; o festeiro aqui tem maior significado. Não digo seja menor a devoção; apenas toma um outro jeito, uma feição, digamos, menos ortodoxa. E por que? Por esse caráter de intimidade da religiosidade popular entre nós. Como observou Câmara Cascudo, enquanto na religião cristã o crente se eleva através da oração até o santo, nos cultos afros é o santo que desce ao nível do fiel, incorpora-se nele e participa do cerimonial festivo. Cria-se assim uma oportunidade de trocas entre o sagrado e o profano com uma sensação de camaradagem, “os eventos marcados pela motivação do divino e realizados sob a égide da igreja assumindo no Brasil um caráter conciliador entre a extrema formalidade e a extrema informalidade, no ambiente criado pelo próprio ritual.” (Da Matta). Desse modo, o respeito expresso pela continência verbal e gestual nos Açores aqui se atenua e até em certos momentos desaparece, acentuando a influência da cultura negra, inexistente nas ilhas portuguesas. No caso maranhense há, ainda, a considerar a diversidade da situação econômica dos produtores do evento. Com estas simples constatações deixamos o assunto, que apenas afluamos, à consideração dos cientistas sociais.

A seguir apontaremos algumas das principais diferenças que observamos entre os festejos no Maranhão e nos Açores.

Coroa e pomba. Enquanto lá o destaque é para a coroa - símbolo de dignidade e poder, e em forma de domo uma soberania absoluta, para nós é a pomba - emblema de candura, de amor e de paz, ou seja, de convivência harmoniosa e fraterna entre os homens, o que, no entanto, não dispensa as honrarias à coroa, principalmente nos cantos enaltecendores da “santa c’roa”.

No episódio de Pentecostes, diz a Bíblia que, estando os apóstolos reunidos, de repente veio do céu um som como um vento impetuoso e encheu a casa e viram todos “línguas repartidas como de fogo e pousaram sobre cada um deles.” (Atos dos Apóstolos, 2.3) Nem coroa nem pomba. Na passagem do batismo de Jesus (Mateus, 3.16) “eis que lhe abriu os céus, e viu o Espírito de Deus descendo como uma pomba e vindo sobre ele.” Há evidente superposição dos dois episódios e a conseqüente e natural confusão que faz o povo. Quanto à coroa, surge da profunda religiosidade de reis e nobres que permitiu fazer uma réplica da coroa portuguesa - a Coroa Real do Espírito Santo, como ensina Cascudo. “A coroa do Imperador do Divino - diz - tão divulgada nos domínios insulares portugueses e de onde veio para o Brasil com aparato cortejador e impositivo da “autoridade” divina simbólica é a velocidade inicial que irá influir em todos os folguedos brasileiros onde existir personagem coroado. Todo o ciclo de Reisados, Congos, Congadas e Congados, coroação do Rei dos Congos, o mirabolante Maracatu, receberam a poderosa influência do Divino nos planos da indumentária e, notadamente, no uso da suprema insígnia real.” O que observou Cascudo há de se ter processado em sentido inverso no ritual do Divino por influência dessa cultura negra no Maranhão, haja vista a substituição dos antigos foliões açorianos pelas nossas caixeiros, com todas as implicações decorrentes, inclusive o “catimbó das caixeiros”, que encerra os festejos na Casa das Minas.

Nos Açores reserva-se toda uma sala para a armação do altar onde se exibem as coroas e até o chão é forrado de seda limitando o acesso. A contemplação e o culto se fazem a certa distância, como vimos em Rabo de Peixe. Nas casas maranhenses pombas e coroas mostram-se no altar, é verdade, mas nas salas também se instalam os tronos em que se assentam o Imperador (ou Imperatriz) e os Mordomos (Régio e Baixos). Nos Açores não existem os tronos e Imperador e Mordomos não gozam destes destaques especiais, inclusive porque vestidos à paisana, de palitô e gravata comuns. E não há Imperatriz entre eles.

Nosso Imperador, além de coroa e cetro, ostenta regularmente farda e espada, faixa e manto o que lhe confere foros de real autoridade. A corte, por sua vez, traça condizentemente com a etiqueta do paço. Aqui também os Mordomos não conduzem *varas*, insígnias de juízes e vereadores camaristas e membros das irmandades religiosas. Porque nos Açores as festividades do Divino estão a cargo das Irmandades e das Paróquias enquanto aqui é de iniciativa de par-

ticulares ou das casas de culto afro-brasileiras, como a Casa das Minas e a Casa Nagô. O mastro festivo goza de significado preciso, ornamentado de frutos e flores, símbolo milenar de fertilidade e abundância, alvo de honraria especial (alvoradas) e lá se resume em singela bandeira hasteada sem qualquer cerimônia à porta de cada festeiro.

No Brasil o Divino tornou-se tão popular que, segundo consta, o título de Imperador (e não de Rei) dado a D. Pedro I o foi para separar no espírito do povo o Rei de Portugal do Imperador do Brasil.

Ainda uma circunstância pode ser aventada para discrepância observada nas duas festividades: a constante ameaça dos vulcões, cujos sinais ainda são visíveis por toda parte, requerendo maior religiosidade do povo açoriano.

Assim vimos os festejos ao Divino Espírito Santo nas Ilhas e S. Miguel e Terceira, parecidos com os nossos, pois de lá, decerto, nos vieram, com algumas diferenças, mas, principalmente (como nos custa confessá-lo!) com maior respeito e amor à tradição, sem trios elétricos, farra e bebedeira, como vem acontecendo em Alcântara. Curioso é que os políticos à caça de votos, nos discursos eleitorais pregam a preservação das tradições maranhenses e são eles mesmos que patrocinam e incentivam e participam até de tais absurdas deturpações.

Na volta à Lisboa, a 20 de maio, ficamos no hotel Mercure - av. José Malhoa, 1884.

A terça-feira, 21, reservamos para passeio de dia inteiro em Évora, na van do Sr. Rui Pimenta (nosso conhecido da viagem anterior, há dois anos, Lisboa-Bilbao), e na excelente companhia da Estér. Lá, visitamos a Igreja de São Francisco, o Templo Romano, o Museu e a Capela dos Ossos, com sua sugestiva mensagem à entrada: “Os ossos que aqui estamos pelos vossos esperamos”, e fomos almoçar no restaurante típico “Guião”. Na volta fomos ver os Cromieques dos Almendres, “um dos primeiros monumentos públicos da humanidade”, o maior e dos mais importantes conjuntos megalíticos da Europa.

De volta a Lisboa fomos ainda ao belíssimo Museu do Azulejo, onde, finalmente, nos deparamos com a imagem de São Marçal (o patrono do encontro dos “bois”, no nosso subúrbio do João Paulo e percorremos, admirados, as oficinas da Fundação Ricardo do Espírito Santo (encadernação, marcenaria, entalhamento, douração, etc., etc.) Fizemos mais de 3 dezenas de fotos que, infelizmente, não cabem neste espaço.

Esta a nossa história, nossa impressão, sujeita a interpretações e reparos, pois como diz o ditado, cada cabeça uma sentença.

Trabalhos sobre religião e cultura popular

No ano de 2002 foram defendidos em São Luís alguns trabalhos de conclusão de cursos relacionados com religião e cultura popular, apresentados como dissertações de mestrado ou como monografias de conclusão de cursos de graduação. São os seguintes os trabalhos que temos conhecimento nesta área.

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

01. Valéria Maria Lameira - **Tambor de Crioula: um estudo do erótico feminino na cultura maranhense**. São Luís: UFMA/UERJ. Dissertação de Mestrado em Psicologia e Práticas Sócio-Culturais. 120 pags. Ilustr. Banca: Dra. Regina Glória Nunes Andrade (Orientadora), Dra. Maria Lúcia Seidl de Moura e Dra. Mundicarmo Ferretti.

O estudo objetiva demonstrar os elementos que compõem o processo de construção da identidade cultural do grupo de tambor de crioula "Poderoso e glorioso São Benedito", dirigido por Leonardo Martins, do bairro da Liberdade em São Luís. A etnografia e análise da constituição da identidade cultural, sob o olhar de teorias contemporâneas, permitiu explicar o caráter erótico, especificamente, o erótico feminino, expresso na dança do tambor de crioula, considerando as relações entre o sagrado e o profano, tradição e modernidade, memória e imaginário.

02. Wânia Suely Santos da Silva - **Sobre a identidade cultural como construção discursiva: um estudo do carnaval em São Luís do Maranhão**. São Luís: UFMA/UERJ. Dissertação de Mestrado em Psicologia e Práticas Sócio-Culturais, 122 pags Ilustr. Banca: Dra. Regina Glória Nunes Andrade (Orientadora), Dr. Ronald Arendt; Dr. Sergio Ferretti

O trabalho objetiva estudar a identidade cultural a partir de um enfoque discursivo, descartando análise essencialista da categoria. Recorre ao conceito psicanalítico de identificação, a fim de fundamentar o estudo das identidades constituídas na relação com o outro, apontado para uma perspectiva de construção e relacionando o campo discursivo ao psicanalítico. Elege o carnaval de São Luís do Maranhão como recorte para pensar a questão. Tal escolha a princípio foi motivada pelo movimento contemporâneo de resgate de brincadeiras que caracterizavam o reinado de Momo na cidade, sobretudo nas décadas de 40 a 60. Tais brincadeiras estavam sendo revitalizadas, movidas por discursos que as reconhecem enquanto representantes da identidade carnavalesca da cidade, dizendo, portanto, algo acerca do evento que promovia efeitos na população.

Enfoca-se o carnaval entendendo-o como uma manifestação que apresenta narrativas. Buscam-se estas narrativas percebendo-se o carnaval submetido a um processo de significação que se dá na linguagem e não fora dela. Desenvolve-se assim um estudo acerca da identidade carnavalesca da cidade através dos discursos de seus foliões. O recorte empírico da

pesquisa foi o bairro da Madre de Deus, reconhecido na cidade como local festeiro e carnavalesco. Entrevistam-se moradores da comunidade envolvidos com o evento. A identidade carnavalesca da cidade se deu através de discursos que se cruzam e outros que foram antagônicos, não havendo, portanto, uniformidade nesses discursos.

MONOGRAFIAS DE CONCLUSÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO:

01. Herliton Rodrigues Nunes - **As comemorações do 13 de maio na imprensa maranhense e o dia do Preto Velho em terreiros de São Luís**. São Luís; UEMA, 2002, 62 pags. Ilustr. Monografia de conclusão do Curso de Graduação em História. Banca: Dra. Mundicarmo Ferretti (Orientadora), Elizabeth Sousa Abrantes e Paulo Roberto Rios Ribeiro.

Estudo sobre a comemoração do 13 de maio, dia da abolição da escravidão em jornais maranhenses de 1888 a 1923 e sobre festas de Preto Velho observadas em terreiros de religião afro-brasileira de São Luís. Analisa a discriminação religiosa sofrida pelos negros, as estratégias de branqueamento por eles utilizadas e o esforço que vem sendo feito pelas lideranças do movimento negro para substituir as comemorações do 13 de maio pelas do 20 de novembro, considerado dia da morte de Zumbi. Compara as festas de Preto Velho observadas no terreiro de Jorge de Itacy, no bairro da Fé em Deus, e no terreiro Tenda de N. Sra. da Guia Cabana de Preto Velho, localizado no bairro de São Cristóvão e dirigido pelo pai-de-santo Odilon Vieira de Moraes, natural de Codó. Mostra que em terreiros maranhenses o Preto Velho, continua sendo enaltecido como símbolo de resistência de um povo que sobreviveu mesmo com a dureza da escravidão e que ansia por dias melhores.

02. Karla Cristina Viegas Santos - **Umbanda e Pentecostalismo: alternativas religiosas populares no Maranhão**. São Luís: UFMA, 2002, 106 pags. Monografia de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais. Banca: Dr. Sergio Ferretti (Orientador), Dra. Mundicarmo Ferretti, Dr. Norton Figueiredo Correa.

Trabalho que analisa e descreve a umbanda e o pentecostalismo como alternativas religiosas que tentam responder a necessidades e atender aos anseios humanos, destacando os rituais, as crenças e os valores atribuídos a cada uma. A monografia estuda a Tenda Espírita Divino Mestre, localizada no bairro da Forquilha, em São Luís, fundada pelo pai-de-santo Leopoldo Nunes Neto. Fala sobre a casa, as principais entidades espirituais cultuadas, sobre os tambores e os tocadores e descreve alguns rituais observados. Fala sobre o pentecostalismo no Brasil, sobre a Igreja Universal do Reino de Deus e sobre a Assembléia de Deus dos Últimos Dias, descrevendo alguns rituais. Apresenta uma análise do adestramento do corpo nas duas religiões estudadas e analisa histórias de conversões.

03. Marilande Martins Abreu - **Sincretismo Religioso: Tambor de Mina e Espiritismo**. São Luís: UFMA, 2002, 81 pags. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais. Banca: Dr. Sergio Ferretti (Orientador), Dra. Mundicarmo Ferretti, MS José Antônio de Carvalho.

O trabalho discute o espiritismo e o tambor de mina através do estudo de algumas casas e rituais. Faz apresentação e análise do terreiro de Margarida Motta, do Bairro do Lira, em São Luís, dirigido por Dona Vicência, e do terreiro do Justino, no Bairro do Bairro da Vila Embratel, fundado em fins do século XIX e dirigido por dona Mundica Estrela. Em cada casa fala sobre a história do terreiro, o calendário das festas, as principais entidades cultuadas e a história de suas chefes. Apresenta o ritual chamado de Mesa Branca realizado nessas casas, que tem influências do espiritismo kardecista. Compara a mesa branca nos dois terreiros e, na perspectiva de Herskovits, os considera como uma reinterpretação do sincretismo religioso no estudo da mudança cultural.

04. Antônio Honady Furtado Cunha - **Pedra de Encantaria: um estudo etnográfico de um terreiro de tambor de mina em São Luís**. São Luís: UFMA, 2002, 62 pags Ilustr. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais. Banca: Dr. Sergio Ferretti (Orientador), Dra. Mundicarmo Ferretti, Dr. Álvaro Pires.

Monografia que realiza um estudo etnográfico do terreiro de tambor de mina Pedra de Encantaria, localizado no Bairro do Maiobão, no município de Paço do Lumiar, fundado e dirigido pelo pai-de-santo José Itaporandi. Destaca a história do pai-de-santo, a história da casa, seu calendário. Discute a organização do terreiro que se define como mina-nagô, sua hierarquia, atividades de assistência e principais rituais realizados, apresentando descrição de três tipos de obrigações e festas assistidas: o ritual de limpeza para Egun, a festa de Cosme e Damião e a obrigação de Acoosi.

05. Maria Ivana César de Oliveira - **Práticas de cura num terreiro de mina**. São Luís: UFMA, 2002, 66 pags. Ilustr. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais. Banca: Dr. Sergio Ferretti (Orientador), Dra. Mundicarmo Ferretti, Dr. Álvaro Pires.

Monografia que realiza estudo sobre práticas de cura de males físicos e espirituais no terreiro de tambor de mina, de Mamãe Oxum e Pai Oxalá, localizado no bairro da Vila Nova e dirigido pelo pai-de-santo João Gualberto da Cruz Souza. Narra o histórico da casa e do pai-de-santo, o calendário das festas e refere-se a práticas de cura na casa, analisando a rotina de atendimento aos clientes, os tipos de tratamentos espirituais realizados, comenta a seção de caboclo, a seção astral, e o tambor de cura ou pajelança. Comenta um caso de cura realizado na casa.

NOTÍCIAS

XVI MOITARÁ

Realizou-se na última quinzena de novembro, por iniciativa da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (SBPA), o XVI MOITARÁ, sob o tema BUMBAMEUBOIBUMBÁ - RUMINAÇÕES EM TORNO DA CULTURA BRASILEIRA.

Foram palestrantes: Marcos Henrique Penno Callia, médico psiquiatra, analista junguiano e membro da SBPA (*O Touro Mítico do Imaginário Brasileiro*); Carlos Amadeu Botelho Byington, médico psiquiatra, analista junguiano e membro fundador da SBPA (*A fundação estruturante do sacrifício e o processo de humanização*); Maria Laura Cavalcanti, antropóloga, professora de pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (*A brincadeira e o mito do boi no Brasil*); Carlos Orlando Rodrigues de Lima, historiador e folclorista, membro da Comissão Maranhense de Folclore e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (*Bumba-meu-boi do Maranhão*); Zelinda Machado de Castro e Lima, pesquisadora e folclorista, membro da Comissão Maranhense de Folclore (*Conversa sobre Cultura Popular*); Edilene Matos, doutora em Comunicação e Semiótica; atualmente desenvolve pesquisa de pós-doutorado FAPESP/IEB-USP (*As histórias de boi na literatura popular*); Sandra Guardini T. Vasconcelos, professora associada do Departamento de Letras Modernas FFCH, livre docente em Literatura pela USP (*Histórias de boi em Guimarães Rosa*); Telê Ancona Lopez, professora-associada do Instituto de Estudos Brasileiros e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (*O boi em Mário de Andrade*); Francisca Éster de Sá Marques, professora da Uni-

versidade Federal do Maranhão, mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade de Brasília e doutoranda pela Universidade Nova Lisboa, Portugal (*Mídia e experiência estética na Cultura Popular*); Renata Barbosa Ferraz, médica psiquiatra pelo HC-FMUSP, psicoterapeuta junguiana e trainee da SBPA (*Psiquiatria e a mítica da Ressurreição*); Paulo Vicente Bloise, psiquiatra, analista junguiano, membro da SBPA e coordenador do Ambulatório de Crise da UNEFESP (*O boi e o processo da individualização*); Toninho Macedo, folclorista, organizador do evento Revelando São Paulo, da Secretaria da Cultura-SP e líder do Grupo Folclórico Açaí (*Os bois em São Paulo*); André Paula Bueno, músico, pesquisador e professor; autor do livro CD "Bumba-boi maranhense em São Paulo" e bolsista de doutorado em Literatura Brasileira pela USP (*Aspectos da música dos Bumba-meu-bois*); Tião Carvalho, cantor e compositor maranhense, fundador e diretor dos Grupos de Danças Brasileiras Cupuaçu e Saia Rodada (*O morro do Querosene*); e Denise Gimenez Ramos, psicóloga, analista junguiana da SBPA e vice-presidente da IAAP (*Costurando o Moitará*). Houve, ainda, discussão geral e troca com todos os participantes, abertura com pré-moitará e oficina do boi, com Tião Carvalho e o grupo Cupuaçu, e coquetel de lançamento da revista JUNGUIANA. Carlos e Zelinda Lima representaram a Comissão e receberam da SBPA as mais efusivas demonstrações de carinho. Agradecimentos da Comissão Maranhense de Folclore e votos de crescentes êxitos à Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, na pessoa dos Drs. Marcos Callia e Marcos Fleury.

CD: Baião de Princesas

Na noite de 13 de dezembro, na fonte do Ribeirão, instrumentos e vozes da Casa Fanti-Ashanti se misturaram aos do grupo de artistas paulista A Barca numa apresentação de músicas tradicionais do Baião - ritual realizado em terreiros de religião afro-brasileira de São Luís. O espetáculo marcou o lançamento do disco *Baião de Princesas*, que teve direção e produção e musical de Renata Amaral e Lincoln Antonio. O disco foi gravado ao vivo em apresentação musical realizada em São Paulo, abril de 2002, no Espaço Cachuêra!, pelo estúdio móvel *Pôr do Som*. Quatro das suas 28 faixas cantadas pelos integrantes da Casa Fanti-Ashanti ou da Barca (2, 3, 5 e 26) fazem parte do repertório do LP *Tambor de Mina, Cura e Baião na Casa Fanti-Ashanti*, premiado no primeiro Plano Fonográfico da SECMA (1991), que breve deverá ser reeditado em CD. As músicas do referido LP foram gravadas em contexto ritual, pela pesquisadora por Mundicarmo Ferretti, com apoio da UFMA e da FUNARTE, no Baião realizado em 1986, pela Casa Fanti-Ashanti. De acordo com Pai Euclides e pessoas que, como ele, conheceram o terreiro do Egito, e outros que também já desapareceram de São Luís, o Baião surgiu no terreiro do Egito onde era dançado no dia

13 de dezembro, na Festa de Santa Luzia, antes do toque de mina, por encantados e pessoas da assistência por eles convidadas. As letras das músicas do Baião são em português e muitas delas fazem parte do repertório cantado no *Brinquedo de Cura*, ritual ligado à pajelança, realizado em muitos terreiros da capital maranhense. Com esse trabalho, o grupo A Barca dá mais uma contribuição para o registro e divulgação da cultura popular maranhense. Contudo, no folheto que acompanha o CD, o texto de Marcus Vinícius de Andrade (que assumiu a direção artística e produção do disco), apresentando a Casa Fanti-Ashanti como uma das mais importantes referências sobre a presença da cultura Jeje do Brasil, reforça uma idéia lançada no vídeo *Na rota dos Orixás* que pode confundir os pouco familiarizados com as tradições religiosas afro-brasileiras herdadas dos Jeje, Nagô, Banto e com a própria tradição da Casa Fanti-Ashanti. Como foi registrado em várias obras publicadas sobre a Casa Fanti-Ashanti, ela surgiu de um grupo que se reunia em torno de Pai Euclides, então conhecido como curador, para realizar rituais de "passagem" de encantados e Tambor de Borá (Canjerê), que, tal como o Baião, não parecem remontar à cultura Jeje ou ao antigo reino do Daomé.

Calendário de festas e rituais públicos de terreiros de São Luís

A FUMTUR encomendou ao Grupo de Pesquisa "Religião e Cultura Popular" da UFMA, dirigido pelo professor Sergio Ferretti, um levantamento de calendário de festas e rituais públicos realizados em trinta terreiros de São Luís. O trabalho foi coordenado pela professora Mundicarmo Ferretti e realizado por Herlton Nunes, Jacira Pavão da Silva, Marilande Abreu e Cristina Maria Mousinho. A pesquisa teve como principal objetivo fornecer dados aos técnicos e funcionários da FUMTUR para informar aos visitantes de São Luís, ligados ou interessados em religião afro-brasileira e umbanda, as atividades programadas em terreiros da capital durante sua permanência na cidade. Tal como a Bahia, o Maranhão é berço de tradições religiosas afro-brasileiras, destacando-se em São Luís o "Tambor de Mina" jeje, Nagô e outros modelos mais sincréticos, influenciados pelos primeiros e pelo "Terecô" de Codó, outra denominação religiosa de origem africana organizada em nosso Estado.

Homenagem ao Tambor de Crioula

O Studio V - Filme, Vídeo, Áudio e a V C R - Comunicações e Marketing lançaram em São Luís, no dia 12 de dezembro de 2002, no Convento das Mercês, uma coleção de três CDs e um vídeo. Trata-se de homenagem aos mestres de tambor de crioula Leonardo, Felipe e Chico. A coleção tem o título: *O calor do tambor de crioula do Maranhão dá o tom à cultura popular*. Acompanha os CDs um livreto com letras das músicas, fotos, informações sobre os homenageados e a ficha técnica. Cada CD tem de dez a doze faixas. Conforme divulgação na imprensa, os direitos autorais da obra foram dados a Felipe, Chico e Leonardo, e cada um dos três mestres recebeu 500 discos para comercialização. O vídeo foi dirigido por Cícero Silva e tem o título: *A Magia Percussiva dos Tambores de Crioula*. Apresenta depoimentos dos três mestres com detalhes técnicos sobre como tocar tambor de crioula. Participam do vídeo outros artistas como o percursionista Erivaldo Gomes, o compositor Sérgio Habibe, a cantora Rosa Reis, a coreira Dona Mundica, esposa de Mestre Felipe e o professor de Música Joaquim Santos, que dá uma aula sobre a grafia da música de tambor de crioula. O pátio do Convento das Mercês, onde ocorreu o lançamento, recebeu bonita decoração realizada por Cláudio Vasconcelos. O lançamento desse conjunto de vídeo e CDs representa bonita e merecida homenagem a três importantes mestres do tambor de crioula de São Luís e contribui para a valorização dessa manifestação cultural de origem africana do Maranhão.

NOTÍCIAS

Queimação de Palhinhas

O Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho realizará, nos dias 16 e 17 de janeiro do próximo ano, a sua tradicional programação de queimação de palhinhas do presépio, que, repetindo a experiência do ano passado, foi montado no Paço da Quaresma localizada na Rua João Vital de Matos.

Da programação constam apresentações de grupos natalinos, no dia 16, e uma ladainha, no dia 17, rezada por Dona Teté com o acompanhamento da cantora Rosa Reis e do grupo Laraiá, do maestro Francisco Pinheiro, que também fará uma apresentação musical para os convidados.

Este ano, os grupos a se apresentarem no Centro de Cultura Popular - Casa da Festa (rua do Giz) são o Pastor Y Bacanga, da Unidade Integrada Y Bacanga, localizada no bairro Anjo da Guarda e o Reis das Flores, de Tajaçoaba.

O pastor é um grupo novo. Criado em 2001 como uma iniciativa da diretora da escola, Lourdimar Sales, o grupo vem se destacando pela beleza e competência dos organizadores e dos participantes do auto natalino.

O Reis das Flores é organizado por Dalvina Carvalho Reis e se apresentou como um dos mais bonitos grupos natalinos do ano de 2002.

Programação Natalina

O mês de dezembro do ano de 2002 será marcado por uma grande programação natalina promovida pelo Governo do Estado, através da Fundação Cultural do Maranhão, sob a coordenação do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho.

Dentro da programação de Natal haverá, no dia 21, a IV Cantata Natalina, envolvendo 7 grupos de canto coral adulto (São João, Antônio Rayol, Colun Vox, ICBEU, Arte e Canto, UFMA e Vocal Santa Cecília), que farão concertos nas igrejas da Sé, Rosário, Santo Antônio, São João, Santana, Carmo e Desterro, e 3 grupos infanto-juvenis (São João Infantil, Kid's Voices in Harmony e Encantando com as Mãos), que cantarão na Praia Grande.

Os corais adultos, após os concertos em suas respectivas igrejas, seguirão em cortejo pelas ruas do Centro Histórico até a Praia Grande, acompanhados pela Banda do CINTRA e personagens dos grupos de reis e pastores, onde, com os corais infanto-juvenis, farão um grande concerto final celebrando a chegada do Natal.

Nos dias 26 e 27, haverá cortejos com grupos natalinos de São Luís e, no dia 28, estarão na cidade grupos natalinos do interior. Os cortejos sairão do Largo do Desterro percorrendo as ruas da Palma, 14 de julho e 28 de julho em direção à Praia Grande para apresentações dos grupos na praça Nauro Machado.

Participarão dos cortejos de São Luís os grupos Pastoral Filhas de Belém, de Maria das Dores Pereira - Dona Dorinha (do Rio Anil); Pastor do Menino Deus, de Aliete Ribeiro de

Sá - Dona Lili (do João Paulo); Pastor Estrela do Oriente, de Elzita Martins Coelho (do Sacavém); Pastor Filhas do Oriente, de Maria Ascensão Diniz (da Cohab); Pastor Y Bacanga, coordenado por Lourdimar Sales (do Anjo da Guarda); Pastor Estrela Guia, coordenado por Maria da Graça Cunha (do Anil); Reis do Alecrim, de Honorina Algarves (do Maracanã); Reis Sempre Viva, de Joana Bernardes (do Maracanã); Reis das Flores, de Aldenora Cantanhede (de Porto Grande); Reis das Flores, de Dalvina Carvalho (de Tajaçoaba); Reis Oriente, de Domingos Tourinho (do Cruzeiro do Anil) e Reisado Folias de Natal, de William Moraes Correia (do Centro).

Do interior virão os grupos: Pastor de Penalva, de Joana Salgado; Pastor de Guimarães, de Maria da Graça Guerreiro; Pastoral Estrela de Belém, de José Carlos Lobato (Morros); Reisado de Brejo, de Maria de Nazaré Oliveira; Reisado Careta, de Maria da Conceição da Silva, Maria Filomena da Silva e Manoel da Conceição (de São João do Sóter) e Marujo, de Sebastião Santos Ferreira (de Caxias).

Casa da Festa

Será reaberto, no dia 20 deste mês, o módulo 1 do Circuito de Exposições do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, com o nome de Casa da Festa, localizada na rua do Giz. A divisão do Circuito de Exposições em módulos ocorreu a partir da inauguração da Casa do Maranhão, no mês de março, quando o acervo de bumba-meu-boi do CCPDVF foi transferido para o Pavilhão do Boi, no andar superior da Casa, inaugurando o segundo módulo do Circuito.

Depois o CCPDVF ganhou um sobrado de azulejos com três pavimentos na rua Portugal, onde foi montado o módulo 3 do Circuito, na denominada Casa de Nhozinho, que abriga o acervo relacionado ao cotidiano do povo maranhense, com exposições que mostram as técnicas de produção da cultura material do maranhense no seu dia-a-dia, que vão de miniaturas e tipos populares até artefatos de grande porte, como veículos de locomoção, e construção civil.

Na Casa da Festa está exposto o acervo da festa do Divino Espírito Santo, Carnaval, festas natalinas, danças populares, festas de santos e ritos de origem afro-brasileira como o tambor de mina, umbanda e cura.

Arvoredo V

O Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, promove, dentro da programação natalina deste ano, o concurso Arvoredo, que no ano de 2002 está na sua quinta versão, com o tema "Uma árvore com raiz maranhense".

A proposta do Arvoredo V é suscitar um processo de reflexão-ação sobre o Natal, incentivando artistas, artesãos e pessoas interessadas, maranhenses ou não, a conceberem, com

materiais alternativos, formas criativas de árvores natalinas.

Os participantes do concurso estarão concorrendo a três prêmios em dinheiro, nos valores de R\$ 700,00 (setecentos reais), R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 300,00 (trezentos reais), para o primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Bumba-meu-boi maranhense no Museu Edison Carneiro

O artesanato maranhense produzido para a brincadeira do bumba-meu-boi é o tema da exposição "Fé e Festa: o bumba-meu-boi do Maranhão", aberta no dia 31 de outubro, na Galeria Mestre Vitalino do Museu de Folclore Edison Carneiro.

A exposição, que fica aberta a visitação pública até o mês de fevereiro de 2003, teve como material de apoio um catálogo com texto sobre o bumba-meu-boi, ilustrado com fotografias, e que destaca os aspectos da brincadeira, além do processo de trabalho dos artesãos. A exposição foi montada no Museu como parte de uma parceria entre o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP com o CCPDVF, órgão da Fundação Cultural do Maranhão.

De acordo com a proposta do CNFCP, órgão da FUNARTE/Ministério da Cultura, a exposição é uma edição da Sala do Artista Popular voltada para a mostra e comercialização de peças produzidas por artesãos maranhenses. A exposição destaca os cinco sotaques da brincadeira mais conhecidos em São Luís: costa-de-mão, zabumba, Baixada, matraca e orquestra.

Participam da exposição no Museu Edison Carneiro os grupos de bumba-meu-boi: Dois Irmãos (zabumba), de Dona Zeca, do Bairro de Fátima; do Bairro Novo (costa-de-mão), de João Santos Pimenta, da Vila Conceição; Capricho do Bom Jesus (Baixada), de Marcelino Conceição, do Bom Jesus; Encanto da Ilha (orquestra), de Justina Rodrigues Baima, do Goiabal; Maracanã (matraca), de Humberto Barbosa, do Maracanã; e Fé em Deus (zabumba), de Terezinha Jansen, da Fé em Deus.

Para a exposição foram enviados instrumentos, indumentárias e artefatos do bumba-meu-boi. Dentre as peças expostas estão: pandeiros, matracas, pandeiros, tambores-onça, pandeirinhos, zabumbas, maracás, tambores de fogo e tamborinhos; indumentárias de caboclos de pena, cazumbas, bailante, rajados, vaqueiro de fita, vaqueiro campeador, índio (sotaque da Baixada), índias (sotaques de orquestra, matraca, Baixada e Costa-de-mão) e vaqueiros (sotaques de orquestra, zabumba, matraca e Baixada); e couros de boi (sotaques de zabumba e matraca), bois (sotaques da Baixada, costa-de-mão, zabumba e orquestra), chapéu de fita, vara de ferrão, chapéu de vaqueiro e boizinho (sotaque de orquestra).

Perfil Popular

Mundicarmo Ferretti*

ENEDINA AROUCHE, A VODUNSI MAIS ANCIÃ DA CASA DAS MINAS

Enedina Oliveira Arouche nasceu em São Luís, em maio de 1912. É vodunsi de Jogorobossu, filho de Zomadonu, o dono da Casa das Minas. De acordo com a tradição da Casa, Jogorobossu tem dois irmãos gêmeos mais velhos do que ele, Toçá e Tocé, recebidos por duas de suas irmãs. Os três são 'toquenos' e, como tal, são encarregados de chamar os outros. Como Jogorobossu é mais novo do que aqueles e eles são associados a Cosme e Damião, é considerado ali o Doum.

Enedina é a caçula de uma família de 16 irmãos. Baixinha, ágil, ativa, alegre e decidida, marca presença onde quer que chegue. Em transe com Jogorobossu, Enedina fica ainda mais espontânea, acentuando os traços de sua personalidade, daí se dizer que ela parece muito com ele, até mesmo em seus acessos de raiva. Com efeito, apesar de muito comunicativo e brincalhão, Jogorobossu, quando indignado, pode se tornar muito violento e ameaçador.

Tem pele morena e cabelo levemente ondulado. Conta que sua mãe tinha olhos azuis e pele clara. Descendia de escravos cambinda da família do Barão de Itapary, a quem era ligada por laços de parentesco, pelo lado bastardo. Sua mãe casou duas vezes e teve vários filhos. Primeiro com um feitor, um negro alforriado, e depois com um farmacêutico, de origem bijagó, cujos pais foram escravos, com quem teve Enedina e mais 5 filhos.

Quando Enedina começou a dançar com vodum, suas 6 irmãs já eram vodunsis e vários dos seus irmãos eram 'hunto' (tocadores de tambor) da Casa das Minas. Teve ali duas irmãs (Caetana e Dedé) e uma tia (Filomena) que eram vodunsis gonjai (com iniciação completa). A primeira a receber vodum em sua família foi Caetana, que dançou com 6 ou 7 anos de idade. Ela foi 'preparada' ainda mocinha, mas não teve vida longa, como muitas pessoas de sua família.

Enedina trabalhou em São Luís e no Rio de Janeiro como arrumadeira e camareira de navio na Loyde, empresa de navegação, por onde se aposentou. Teve 6 filhos, um deles sabia tocar o tambor pequeno e sua filha, falecida em 2001, sabia cantar para vodum, pois, quando criança, morou 2 anos na Casa das Minas. Na década de 1930, saiu de sua terra para o Rio de Janeiro, onde reside há muitos anos, deixando os filhos com o pai, ausentando-se de São Luís por muito tempo. Depois da morte daquele, levou os filhos para o Rio e passou a vir mais



frequentemente a São Luís, chegando algumas vezes a permanecer ali por longo período. Da última vez que esteve em sua terra, em 1999, passou 8 meses na Casa das Minas. Reside no Rio de Janeiro com uma neta e dois bisnetos, recebendo o apoio e apoiando outros familiares. No Rio costuma receber a visita de parentes e de amigos, entre ela a de Dulce Pastor, uma maranhense que, como ela, migrou para o Rio de Janeiro, que é por eles apresentada como 'assisi' (amiga) de Jogorobossu. Costuma também receber ali a visita do seu vodum, que é sempre invocado por ela, por parentes e amigos e que, segundo ela, está sempre "rogando a Deus" por eles.

Enedina considera a Casa das Minas diferente dos demais terreiros, por ser do Dahomé, por cultuar voduns de várias famílias e porque nela quem "trabalha" é o vodum e vodum não cobra nada pelo que faz. Fala que muitas pessoas da Casa das Minas vieram para o Rio de Janeiro, entre elas a sua irmã Basílica, que recebia o vodum Bossucó, e um filho de uma vodunsi de Zomadonu, que reside atualmente em Niterói, que sabia tocar tambor muito bem. As vodunsis da Casa das Minas que migraram para aquela cidade, recebiam ali seus voduns, faziam algumas obrigações, quan-

do solicitadas por eles, mas não foram autorizadas a abrir outra casa de Mina. E, como seus voduns só trabalham na Casa das Minas, tinham sempre que voltar a São Luís, mandar uma contribuição para as obrigações e deixar alguém encarregado de tomar providências para não faltar luz no 'come' ou 'vodumcome' (quarto de santo) para a sua entidade espiritual.

Enedina fala que, quando começou a dançar Mina, a Casa das Minas tinha muitas filhas e a roda das vodunsis ocupava toda a varanda. Lembra que a Casa se comunicava com terreiros de Salvador, Manaus, Alagoas e que visitava em São Luís, além da Casa de Nagô, os terreiros do Cutim (de Noemia), do Apeadouro (de Vó Severa) e o de Cota do Barão. Fala que algumas vezes os voduns da Casa das Minas vinham em suas vodunsis em outros terreiros, mas que, quando isso acontecia, não demoravam muito ali e iam logo para a Casa das Minas. Lembra também de ter ouvido falar que o vodum Agongono, hóspede de Zomadonu na Casa das Minas, que não é Jeje e é de Savalu, veio no terreiro do Cutim e pediu a Zomadonu para trazer para a Casa das Minas o seu filho Jotim, hoje recebido por dona Roxinha e representando na Casa a família de Zomadonu.

Ouviu também contar que a Casa das Minas começou na rua de Santana, quando aquela área ainda não era urbanizada, e que quando se transferiu para a Rua de São Pantaleão, contou com a colaboração de papai César, que teve terreiro perto da Casa das Minas, a que, segundo Dona Deni, foram ligadas as mães-de-santo conhecidas por Mundica Tainha e Raimunda Porca. Lembra que, no passado, na Casa das Minas, homens também recebiam vodum, embora não dançassem com eles e que todos os tocadores eram preparados. Um deles, Basílio, que foi 'hunto' chefe e que tocava o tambor grande, recebia Tio Daco.

Enedina fala com convicção que a Casa das Minas é do Dahomé, que tem voduns da família real e que Zomadonu, o dono da Casa, é africano, tem 5 filhos e que na casa das Minas não é doente e nem conhecido como o protetor de crianças que nascem com defeito. Em sua opinião a Casa das Minas pode voltar a ter muitas filhas e contar com a colaboração de muitos assisis, se os voduns forem bem alimentados, mas para chamar os voduns a Casa precisa de 'toqueno', como Jogorobossu, pois 'toqueno' é quem chama vodum. Por essa razão, ela precisa voltar à Casa o quanto antes, pois o "seu senhor" é atualmente o único 'toqueno' verdadeiro da Casa.

* Professora Doutora da UEMA e Pesquisadora de Religiosidade Afro-brasileira.